



Estado da Paraíba

QUINZENÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO

LEI n° 974 de 26/11/99

CABEDELLO, 16 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

Lei n° 1.671
República por incorreção

De 26 de Dezembro de 2013.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, PARA O EXERCÍCIO DE 2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO (PB):

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Orçamento Programa do Município de Cabelelo para o exercício econômico-financeiro de 2014, discriminado pelos Anexos integrantes desta Lei, que estima a Receita em R\$ 228.248.300,00 (duzentos e vinte e oito milhões, duzentos e quarenta e oito mil e trezentos reais) e fixa a Despesa em igual valor.

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Contribuições, Transferências e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações do Anexo I, de acordo com a seguinte discriminação:

I - RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

		%
Receita Correntes	186.869.300,00	81,87
Receita Tributária	30.971.700,00	13,57
Receitas de Contribuições	4.970.000,00	2,18
RECEITA PATRIMONIAL	1.757.600,00	0,77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	143.344.000,00	62,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.826.000,00	2,55
Receitas de Capital	32.030.000,00	14,03
Operações de Créditos Internos	10.000.000,00	4,38
Alienação de Bens	30.000,00	0,01
Transferências de Capital	22.000.000,00	9,64
Deduções da Receita Corrente	23.079.400,00	10,11
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	23.079.400,00	10,11
Dedução das Receitas de Transferências Correntes	23.079.400,00	10,11
Dedução da Receita Orçamentária em favor do FUNDEB	23.079.400,00	10,11
Total:	195.819.900,00	
1-Intra-Orçamentário:	0,00	0,00
2-Total Geral da Administração Direta:	195.819.900,00	85,79



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

II - RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

		%
Receita Correntes	20.943.000,00	9,18
Receitas de Contribuições	4.646.600,00	2,04
RECEITA PATRIMONIAL	1.794.400,00	0,79
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.666.000,00	6,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.000,00	0,02
Receitas de Capital	3.000.000,00	1,31
Transferências de Capital	3.000.000,00	1,31
Total:	32.428.400,00	
3-Intra-Orçamentário:	4.895.400,00	2,14
4-Total Geral da Administração Indireta:	32.428.400,00	14,21
Total Geral da Receita (2+4):	228.248.300,00	

Art. 3º A Despesa será realizada de modo a atender aos encargos do Município, com a manutenção dos Serviços Públicos, Transferências e Despesas de Capital, nas especificações dos Programas, Projetos e Atividades, dimensionadas nos Anexos e de acordo com o seguinte desdobramento:

I - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

		%
DESPESAS CORRENTES	116.331.096,00	50,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	63.572.903,00	27,85
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.300,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52.756.893,00	23,11
DESPESAS DE CAPITAL	54.348.710,00	23,81
INVESTIMENTOS	46.968.750,00	20,58
INVERSÕES FINANCEIRAS	570.000,00	0,25
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6.809.960,00	2,98
Reserva de Contingência	1.384.720,00	0,61
Reserva de Contingência	1.384.720,00	0,61
Total:	172.064.526,00	
1-Intra-Orçamentário:	3.879.900,00	1,70
2-Total Geral da Administração Direta:	172.064.526,00	75,38

II - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

		%
DESPESAS CORRENTES	41.570.754,00	18,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.513.838,00	12,49
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.056.916,00	5,72
DESPESAS DE CAPITAL	6.828.300,00	2,99
INVESTIMENTOS	6.467.100,00	2,83
INVERSÕES FINANCEIRAS	361.200,00	0,16
Reserva de Contingência	7.784.720,00	3,41
Reserva de Contingência	7.784.720,00	3,41
Total:	56.183.774,00	
3-Intra-Orçamentário:	1.010.800,00	0,44
4-Total Geral da Administração Indireta:	56.183.774,00	24,62
Total Geral da Despesa (2+4):	228.248.300,00	



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA I - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Código	Descrição	Valor	%
01.010	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	9.864.489,00	4,32
02.010	GABINETE DE GOVERNO	3.238.660,00	1,42
02.020	PROCURADORIA GERAL	2.145.372,00	0,94
02.030	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	7.156.331,00	3,14
02.040	SECRETARIA DA RECEITA	3.840.230,00	1,68
02.050	SECRETARIA DAS FINANÇAS	9.951.440,00	4,36
02.060	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	42.141.985,00	18,46
02.070	SECRETARIA DE TURISMO	1.914.500,00	0,84
02.080	SECRETARIA DE CULTURA	2.491.150,00	1,09
02.090	SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL / FMS	8.639.440,00	3,79
02.100	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	1.476.680,00	0,65
02.110	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	2.581.840,00	1,13
02.120	SECRETARIA DE SEGURANÇA	10.643.000,00	4,66
02.130	SECRETARIA DE PORTOS, PESCA E AQUICULTURA	1.774.640,00	0,78
02.140	SECRETARIA DE ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER	2.016.049,00	0,88
02.150	SECRETARIA DE TRANSPORTE	1.641.320,00	0,72
02.160	SECRETARIA DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E HABITAÇÃO	2.548.060,00	1,12
02.170	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E INSTITUCIONAL	2.363.300,00	1,04
02.180	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	1.874.240,00	0,82
02.190	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	3.170.320,00	1,39
02.200	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS	47.936.760,00	21,00
02.210	SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA	970.000,00	0,42
02.990	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.384.720,00	0,61
03.010	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	300.000,00	0,13
Total:		172.064.526,00	
1-Intra-Orçamentário:		3.879.900,00	1,70
2-Total Geral da Administração Direta:		172.064.526,00	75,38



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

II - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Código	Descrição	Valor	%
03.010	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	41.227.774,00	18,06
04.010	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO	14.956.000,00	6,55
Total:		56.183.774,00	
3-Intra-Orçamentário:		1.010.800,00	0,44
4-Total Geral da Administração Indireta:		56.183.774,00	24,62
Total Geral da Despesa (2+4):		228.248.300,00	

Art. 4º A Reserva de Contingência fica fixada no valor de R\$ 9.169.440,00 (nove milhões, cento e sessenta e nove mil, quatrocentos e quarenta reais), constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais.

Art. 5º O Poder Executivo mediante Decreto, promoverá a disciplina, execução e distribuição das dotações consignadas a cada órgão no interesse da Administração, poderá designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias nos termos do art. 86, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 6º A execução da despesa é consignada a existência de recursos financeiros suficientes, cabendo ao Poder Executivo tomar as medidas necessárias, para ajustar o fluxo dos dispêndios aos dos ingressos.

Parágrafo único. Até 30 dias após a publicação dos Orçamentos, nos termos em que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias e observado o disposto no art. 8º da Lei nº 101/2000, o Poder Executivo estabelecerá o Cronograma Mensal de Desembolso (CMD) e as Metas Bimestrais de Arrecadação (MBA).

Art. 7º Para execução do Orçamento de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a:

1 - abrir Créditos Suplementares, mediante a utilização dos recursos adiante indicados, até o limite correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, para atender insuficiência nas dotações orçamentárias, utilizando como fonte de recursos, as disponibilidades caracterizadas no § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realocar recursos orçamentários entre unidades orçamentárias e órgãos, utilizando como fonte de recursos as disponibilidades caracterizadas no § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º O limite fixado no inciso I, deste artigo, poderá ser aumentado por proposta do Executivo, mediante aprovação do Legislativo.



II – aprovar o Quadro de Detalhamento da Despesa, das entidades da Administração Descentralizada para o exercício de 2014, podendo abrir Créditos Suplementares até o limite previsto no inciso I, deste artigo.

Art. 8º As alterações constantes desta Lei Orçamentária farão parte integrante do PPA e LDO.

Art. 9º Esta Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 26 de Dezembro de 2013. 191º da Independência, 124ª da República e 57ª da Emancipação Política Cabedelense.

WELLINGTON VIANA FRANÇA
Prefeito Constitucional



Lei Complementar nº 46
Republicada por Incorreção

De 26 de Dezembro de 2013.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 06/99 –
CÓDIGO DO ZONEAMENTO DO
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO
MUNICÍPIO DE CABEDELLO/PB, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO (PB):

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar;

Art. 1º Fica instituído o inciso VI do Art. 22, da Lei Complementar Municipal nº 06/99 será incluído com a seguinte redação:

“Art 22 [.....]

VI – A área e a testada dos lotes não serão fatores limitantes para efeito de liberação de ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO, sendo assim, não, se constituirão em incompatibilidade para o(s) uso(s) solicitado(s).

Art 2º Fica instituído o § 3º do Art. 28, da Lei Complementar Municipal nº 06/99 será incluído com a seguinte redação:

“Art 28 [.....]

§ 3º A área e a testada dos lotes não serão fatores limitantes para efeito de LIBERAÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO para os usos R1 e R1-a, sendo assim, não se constituirão em incompatibilidade.

Art. 3º O § 4º do art. 31, da Lei Complementar Municipal nº 06/99 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 31 [.....]

§ 4º Ficam reservadas em todos os lotes de terrenos urbanos próprios para edificar, áreas livres para cobertura vegetal sobre solo natural, numa fração de 12% (doze por cento) da área do lote. Assim, a impermeabilização máxima do solo em qualquer tipo de construção não poderá ultrapassar a 90% da área do lote de terreno, excetuando-se os casos previstos nesta Lei.

“Art 32 [.....]

§ 1º As edificações residenciais R1 e R1(a) (unifamiliares e bifamiliares), poderão ser construídas até o limite das divisas laterais e/ou de fundos, observando as seguintes condições:

Art 5º O § 6º do art. 32, da Lei Complementar Municipal nº 06/99 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 32 [.....]

§ 6º As edificações não habitacionais, poderão ser construídas até os limites de duas das divisas laterais e/ou de fundos até o segundo pavimento, inclusive o subsolo ou semi-enterrado, desde que:

Art. 6º O § 1º do art. 33, da Lei Complementar Municipal nº 06/99 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 33 [.....]

§ 1º Serão admitidas saliências sobre as fachadas (ver fig. 02 do Anexo 5.0), decorrentes de jardineiras, varandas, banheiros, armários, caixas de ar condicionado, colunas, vigamentos, pórticos ou outros componentes plásticos, desde que:

- O avanço sobre o afastamento regulamentar não exceda a 0,50m (cinquenta centímetros);
- Não ocupem mais de 1/3 (um terço) de cada fachada, excetuando-se os brises, que poderão ocupar toda extensão das fachadas;
- Para os usos R3 e R2(b) com recuo de 1,50m só será permitido o avanço sobre o recuo frontal, sendo permitido ocupar 100% desta fachada.

Art 7º Fica instituído o § 4º do art. 149 da Lei Complementar Municipal nº 06/99 será incluído com a seguinte redação:

“Art 149 [.....]

§ 4º A quantidade de vagas destinadas a estacionamento nos galpões comerciais com área inferior a 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), ficará justificada, quando for destinada para esse fim, a área livre oriunda do recuo frontal de 5,00m (cinco metros).

Art. 8º Nas vias e logradouros das Zonas ZR4 e nas áreas limitadas ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com a Mata do Estado, ao leste com o Oceano Atlântico e ao oeste com o Rio Paraíba será permitido, para efeito de separação de imóveis já construídos, o desmembramento de lote com duas frentes opostas, resultando em dois lotes opostos pela linha divisória de seus fundos, desde que a área de cada um deles não seja inferior a 135,00m².



Art. 9º Os Quadros de Ocupação dos Usos e Atividades I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, do Anexo 5.0, da Lei Complementar Municipal nº 06/99 passam a vigorar com as alterações constantes do Anexo A da presente Lei.

Art. 10. As tabelas de uso nº 01 e 02 do Anexo 7.0, da Lei Complementar nº 06/99, passam a vigorar com as alterações constantes do Anexo B da presente Lei.

Art. 11. O Anexo 8.0 que estabelece o Macro-Zoneamento passa a revigorar com o texto apresentado no Anexo C da presente Lei.

Art. 12. Esta Lei Complementar entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 26 de Dezembro de 2013. 191º da Independência, 124ª da República e 57ª da Emancipação Política Cabedelense.

WELLINGTON VIANA FRANÇA
Prefeito Constitucional



ANEXO A

ANEXO 5.0

QUADRO DE OCUPAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES II								
ZONA RESIDENCIAL - ZR1								
USOS	LOTE DE TERRENO	INDICADORES		AFASTAMENTOS (m)			Nº MAX	
Permitidos	Testada (m)	Área (m²)	Ocup.(%)	Aprov.	Frontal	Lateral	Fundos	PAV.
R1	12,00	300,00	60	1,5	4,00	1,50	2,00	3
R1(a)	12,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
R2	12,00	300,00	60	1,5	4,00	1,50	2,00	3
R2(a)	12,00	360,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
R2(b)	12,00	360,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
R3	12,00	360,00	60	1,5	4,00	2,00	2,00	3
R4	12,00	360,00	50	2,0	4,00	3,00	3,00	4
R5	15,00	360,00	50	2,2	4,00	3,00	3,00	5
R6	20,00	600,00	50	4,0	5,00	3+h/10	3+h/10	*
CSV 01 a 17	12,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSB 01 a 03	12,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSB 06	12,00	300,00	60	1,2	5,00	1,50	2,00	2
CSB 08 a 14	12,00	360,00	60	1,2	5,00	1,50	2,00	2
CSB 15	20,00	600,00	60	1,8	5,00	2,00	3,00	3
CSE 01 a 05	20,00	600,00	60	1,8	5,00	2,00	3,00	3
CSE 06 a 17	12,00	360,00	60	1,8	5,00	2,00	3,00	3
CSE 18	12,00	360,00	50	4,0	5,00	3+h/10	3+h/10	*
CSE 20 a 22	20,00	720,00	60	1,8	5,00	2,00	3,00	3
CSE 29	30,00	900,00	60	1,8	5,00	2,00	3,00	3
CSE 30	30,00	900,00	60	1,8	5,00	2,00	3,00	2
CSE 31	12,00	360,00	60	1,2	5,00	1,50	2,00	2
CSE 32	12,00	360,00	60	1,2	5,00	1,50	2,00	2
CSG 12 a 14	12,00	360,00	60	1,2	5,00	1,50	2,00	2
CSG 16	12,00	360,00	60	1,2	5,00	1,50	2,00	2
CSG 20	12,00	300,00	60	1,2	4,00	2,00	2,00	**
INP 03	30,00	900,00	70	2,1	5,00	3,00	3,00	***



* Obedece ao gabarito estabelecido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, quando situado na faixa de domínio regulada pela Constituição Estadual.

- Quanto ao uso CSE 18 só não será permitida a construção de Motéis;
- Os usos não especificados são incompatíveis com a Zona ZR1.

** Altura das torres de acordo com as normas técnicas da ANATEL;

*** O uso INP 03 só será permitido na Zona ZR1 encravada na Zona de Adensamento Prioritário - ZAP.

QUADRO DE OCUPAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES II								
ZONA RESIDENCIAL - ZR2								
USOS	LOTE DE TERRENO	INDICADORES		AFASTAMENTOS (m)			Nº MAX	
Permitidos	Testada(m)	Área(m²)	Ocup.(%)	Aprov.	Frontal	Lateral	Fundos	PAV.
R1	12,00	300,00	60	1,5	4,00	1,50	2,00	3
R1(a)	12,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
R2	12,00	300,00	60	1,5	4,00	1,50	2,00	3
R2(a)	12,00	300,00	60	1,5	4,00	1,50	2,00	2
R2(b)	12,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
R3	12,00	300,00	60	1,5	4,00	2,00	2,00	3
R4	12,00	360,00	50	2,0	4,00	3,00	3,00	4
R5	15,00	360,00	50	2,2	4,00	3,00	3,00	5
R6	20,00	600,00	50	4,0	5,00	3+h/10	3+h/10	*
CSV 01 a 17	12,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSB 01 a 03	12,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSB 04	12,00	360,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSB 05	20,00	600,00	60	1,8	5,00	3,00	3,00	3
CSB 06 e 07	12,00	360,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSB 08 a 14	12,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSB 15	20,00	600,00	60	1,8	5,00	2,00	3,00	3
CSE 01 a 05	20,00	600,00	60	1,2	5,00	2,50	2,00	2
CSE 06 a 17	12,00	360,00	60	1,2	5,00	1,50	2,00	2
CSE 18	12,00	360,00	50	4,0	5,00	3+h/10	3+h/10	*
CSE 20 a 22	12,00	360,00	60	1,8	5,00	3,00	3,00	3
CSE 28 a 32	20,00	600,00	60	1,8	5,00	3,00	3,00	3
CSG 01	12,00	360,00	60	1,2	5,00	1,50	2,00	2
CSG 08	12,00	360,00	60	1,2	5,00	1,50	2,00	2
CSG 12 a 14	12,00	360,00	60	1,2	5,00	1,50	2,00	2
CSG 16	12,00	360,00	60	1,2	5,00	1,50	2,00	2
CSG 20	12,00	300,00	60	1,2	4,00	2,00	2,00	**
INP 01	12,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2



INP 03	12,00	360,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
INP 05	12,00	360,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
INP 09	12,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
INR 01	12,00	360,00	60	1,2	5,00	2,00	2,00	2
INR 06 a 08	12,00	360,00	60	1,2	5,00	2,00	2,00	2

* Obedece ao gabarito estabelecido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, quando situado na faixa de domínio regulada pela Constituição Estadual.

- Quanto ao uso CSE 18 não será permitida a construção de Motéis
- Os demais usos não especificados são incompatíveis com a Zona ZR2.

** Altura das torres de acordo com as normas técnicas da ANATEL;

QUADRO DE OCUPAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES II								
ZONA RESIDENCIAL - ZR3								
USOS	LOTE DE TERRENO	INDICADORES		AFASTAMENTOS (m)			Nº MAX	
Permitidos	Testada(m)	Área (m²)	Ocup.(%)	Aprov.	Frontal	Lateral	Fundos	PAV.
R1	10,00	200,00	60	1,5	4,00	1,50	2,00	3
R1(a)	10,00	200,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
R2	10,00	200,00	60	1,5	4,00	1,50	2,00	3
R2(a)	10,00	200,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
R2(b)	10,00	200,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
R3	12,00	300,00	60	1,8	4,00	2,00	2,00	3
R4	12,00	300,00	60	2,4	4,00	2,00	2,00	4
R5	15,00	300,00	60	2,6	4,00	2,00	2,00	5
R6	20,00	500,00	50	4,0	5,00	3+h/10	3+h/10	*
CSV 01 a 17	10,00	250,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSB 01 a 03	10,00	250,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSB 04	10,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSB 05	10,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSB 06 e 07	10,00	250,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSB 08 a 14	10,00	250,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSB 15	10,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSE 01 a 05	10,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSE 06 a 16	10,00	250,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSE 17	12,00	360,00	60	1,2	5,00	1,50	2,00	2
CSE 18	10,00	350,00	60	4,0	4,00	3+h/10	3+h/10	*
CSE 20 a 22	12,00	360,00	60	1,8	5,00	3,00	3,00	3
CSE 23 a 32	20,00	500,00	50	1,8	5,00	2,00	2,00	3
CSG 01	10,00	250,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2



CSG 08	10,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSG 12 a 14	10,00	250,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSG 16	10,00	250,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
CSG 20	12,00	300,00	60	1,2	4,00	2,00	2,00	**
INP 01	10,00	250,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
INP 03	10,00	250,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
INP 05	10,00	250,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
INP 09	10,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
INR 01 e 02	10,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2
INR 06 a 09	10,00	300,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2

* Obedece ao gabarito estabelecido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, quando situado na faixa de domínio regulada pela Constituição Estadual.

- Os usos não especificados são incompatíveis com a Zona ZR3.

** Altura das torres de acordo com as normas técnicas da ANATEL.

QUADRO DE OCUPAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES II								
ZONA RESIDENCIAL - ZR4								
USOS	LOTE DE TERRENO	INDICADORES		AFASTAMENTOS (m)			Nº MAX	
Permitidos	Testada(m)	Área (m²)	Ocup.(%)	Aprov.	Frontal	Lateral	Fundos	PAV.
R1	8,00	180,00	60	1,5	3,00	1,50	1,50	3
R1(a)	8,00	180,00	60	1,5	3,00	1,50	1,50	2
R2	10,00	200,00	60	1,5	3,00	1,50	1,50	3
R2(b)	10,00	200,00	60	1,5	3,00	1,50	1,50	2
R3	10,00	250,00	60	1,8	4,00	1,50	2,00	3
R4	12,00	300,00	60	2,4	4,00	2,00	2,00	4
CSV 01 a 16	8,00	180,00	60	1,2	3,00	1,50	1,50	2
CSV 17	10,00	300,00	60	1,2	3,00	1,50	1,50	2
CSB 04 a 07	10,00	200,00	60	1,2	3,00	1,50	1,50	2
CSB 10	10,00	200,00	60	1,2	3,00	1,50	1,50	2
CSB 15	20,00	500,00	60	1,2	3,00	2,00	2,00	2
CSE 01 a 12	20,00	500,00	60	1,2	4,00	3+h/10	3+h/10	*
CSE 15	10,00	200,00	60	1,5	3,00	1,50	1,50	2
CSE 17	12,00	360,00	60	1,2	5,00	1,50	2,00	2
CSE 19	20,00	500,00	60	1,2	4,00	3+h/10	3+h/10	*
CSE 21 a 22	12,00	360,00	60	1,8	5,00	3,00	3,00	3
CSE 26	20,00	500,00	50	1,8	5,00	2,00	2,00	3
CSE 31	12,00	360,00	60	1,8	5,00	3,00	3,00	2
CSG 16	10,00	200,00	60	1,2	4,00	1,50	2,00	2



CSG 20	12,00	300,00	60	1.2	4,00	2,00	2,00	**
INP 01 a 08	10,00	200,00	60	1.2	3,00	1,50	1,50	2
INP 09	10,00	200,00	60	1.2	3,00	1,50	1,50	2
INR 01	10,00	200,00	60	1.2	3,00	1,50	1,50	2
INR 06 a 09	15,00	300,00	60	1.2	3,00	1,50	1,50	2

* Obedece ao gabarito estabelecido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, quando situado na faixa de domínio regulada pela Constituição Estadual.

Os usos não especificados são incompatíveis com a Zona ZR4.

** Altura das torres de acordo com as normas técnicas da ANATEL.

QUADRO DE OCUPAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES - ZONA COMERCIAL E DE SERVIÇOS CENTRAL E DE BAIRROS - ZCS¹								
USOS	LOTE DE TERRENO		INDICADORES		AFASTAMENTOS (m)			NºMAX
Permitidos	Testada(m)	Área (m²)	Ocup.(%)	Aprov.	Frontal	Lateral	Fundos	PAV.
R1	10,00	200,00	60	1.5	4,00	1,50	2,00	3
R1(a)	10,00	200,00	60	1.5	4,00	1,50	2,00	2
R2	10,00	200,00	60	1.2	4,00	1,50	2,00	3
R2(b)	10,00	200,00	60	1.2	4,00	1,50	2,00	2
R3	10,00	200,00	60	1.8	4,00	1,50	2,00	3
R4	12,00	300,00	50	2.0	4,00	2,50	2,00	4
R5	15,00	300,00	50	2.2	4,00	2,50	2,00	5
R6	20,00	600,00	50	4.0	5,00	3+h/10	3+h/10	***
CSV 01 a 17	10,00	300,00	70	2.1	4,00	2,00	2,00	3
CSB 01 a 03	10,00	300,00	70	2.1	5,00	2,00	2,00	3
CSB 04 a 07	10,00	300,00	60	1.2	5,00	3,00	3,00	2
CSB 08 a 14	10,00	300,00	70	2.1	5,00	2,00	2,00	3
CSB 15	20,00	600,00	60	1.8	5,00	3,00	3,00	3
CSE 01 a 05	20,00	600,00	60	1.2	5,00	3,00	2,00	2
CSE 06 a 16	10,00	250,00	70	1.4	5,00	1,50	2,00	2
CSE 17	20,00	600,00	70	1.4	5,00	2,00	2,00	2
CSE 18	10,00	300,00	60	4.0	5,00	3+h/10	3+h/10	*
CSE 20 a 32	15,00	450,00	70	2.8	5,00	3,00	3,00	4
CSG 01 a 04	10,00	300,00	70	1.4	5,00	1,50	2,00	2
CSG 12 a 15	10,00	300,00	70	1.2	5,00	1,50	2,00	2
CSG 16 e 20	10,00	300,00	60	1.2	5,00	1,50	2,00	**
CSG 25	10,00	300,00	60	1.2	5,00	1,50	2,00	2



INP 01 a 05	10,00	300,00	70	1.2	5,00	2,00	2,00	2
INP 09	10,00	300,00	70	1.2	5,00	2,00	2,00	2
INR 01	10,00	300,00	60	1.2	5,00	2,00	2,00	2
INR 07 e 08	10,00	300,00	60	1.2	5,00	2,00	2,00	2
INR 09	20,00	600,00	60	1.2	5,00	3,00	3,00	2

* Obedece ao gabarito estabelecido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, quando situado na faixa de domínio regulada pela Constituição Estadual.

** Altura das torres de acordo com as normas técnicas da ANATEL;

Os usos não especificados são incompatíveis com a Zona ZCS¹

OBS: O uso R6 só será permitido na Zona ZCS1 encravada na Zona de Adensamento Precário - ZAPRE.

QUADRO DE OCUPAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES - ZONA COMERCIAL E DE SERVIÇOS AXIAL - ZCS²								
USOS	LOTE DE TERRENO		INDICADORES		AFASTAMENTOS (m)			NºMAX
Permitidos	Testada(m)	Área (m²)	Ocup.(%)	Aprov.	Frontal	Lateral	Fundos	PAV.
R1	12,00	360,00	60	1.5	4,00	1,50	2,00	3
R1(a)	12,00	360,00	60	1.5	4,00	1,50	2,00	2
R2	12,00	360,00	60	1.2	4,00	1,50	2,00	3
R2(b)	12,00	360,00	60	1.2	4,00	1,50	2,00	2
R3	12,00	360,00	50	1.5	4,00	2,00	2,00	3
R4	12,00	360,00	50	2.0	5,00	2,50	2,00	4
R5	15,00	360,00	50	2.2	5,00	2,50	2,00	5
CSV 01 a 17	12,00	360,00	70	1.8	5,00	2,00	2,00	3
CSB 01 a 03	12,00	360,00	70	1.8	5,00	2,00	2,00	3
CSB 04 a 07	12,00	360,00	70	2.8	5,00	2,50	2,00	4
CSB 08 a 14	12,00	360,00	70	1.8	5,00	2,00	2,00	3
CSB 15	20,00	600,00	60	1.8	5,00	3,00	3,00	3
CSE 01 a 05	20,00	600,00	60	2.4	5,00	3,00	3,00	4
CSE 06 a 16	12,00	360,00	70	1.4	5,00	2,00	2,00	2
CSE 17	20,00	600,00	70	1.4	5,00	3,00	3,00	2
CSE 18	12,00	360,00	60	4.0	5,00	3+h/10	3+h/10	*
CSE 20 a 29	15,00	450,00	60	1.8	5,00	3,00	3,00	3
CSE 30 a 32	15,00	450,00	50	1.0	5,00	3,00	3,00	2
CSG 01	12,00	360,00	60	1.2	5,00	2,00	2,00	2
CSG 02 a 04	12,00	360,00	70	1.2	5,00	2,00	2,00	2



CSG 05 e 06	20,00	600,00	60	1.8	5,00	3,00	3,00	3
CSG 08	20,00	600,00	70	1.2	5,00	2,50	2,00	2
CSG 12 a 14	12,00	360,00	60	1.2	5,00	3,00	3,00	2
CSG 16 e 20	12,00	360,00	70	1.2	5,00	1,50	2,00	**
CSG 25	12,00	360,00	70	1.2	5,00	1,50	2,00	2
INP 01	12,00	360,00	50	1.2	5,00	2,00	2,00	2
INP 03 a 07	12,00	360,00	60	1.2	5,00	2,00	2,00	2
INP 09	12,00	360,00	60	1.2	5,00	2,00	2,00	2

* Obedece ao gabarito estabelecido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, quando situado na faixa de domínio regulada pela Constituição Estadual;

** Altura das torres de acordo com as normas técnicas da ANATEL.

• Quanto ao Uso CSE 18 não será permitida a construção de Motéis.

• Os usos não especificados são incompatíveis com a Zona ZCS².

QUADRO DE OCUPAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES - ZONA INDUSTRIAL - ZI								
USOS	LOTE DE TERRENO		INDICADORES		AFASTAMENTOS (m)			NºMAX
Permitidos	Testada (m)	Área (m²)	Ocup.(%)	Aprov.	Frontal	Lateral	Fundos	PAV.
R1	10,00	200,00	60	1.5	4,00	1,50	2,00	3
R1(a)	10,00	200,00	60	1.2	4,00	1,50	2,00	2
R2	10,00	200,00	60	1.5	4,00	1,50	2,00	3
R2(b)	10,00	200,00	60	1.2	4,00	1,50	2,00	2
R3	10,00	250,00	60	1.8	4,00	1,50	2,00	3
CSV 01 a 17	10,00	300,00	70	1.4	4,00	1,50	2,00	2
CSB 01 a 15	10,00	300,00	70	1.4	4,00	1,50	2,00	2
CSE 06 a 08, 11 e 12	10,00	300,00	70	1.4	4,00	2,00	2,00	2
CSE 15 a 17	10,00	300,00	70	1.4	4,00	2,00	2,00	2
CSE 18 a 19 e 21	20,00	600,00	70	1.4	5,00	3,00	3,00	2
CSE 20, 22 a 32	20,00	600,00	70	2.1	5,00	3,00	3,00	3
CSG 01 a 04	10,00	300,00	70	2.1	5,00	3,00	3,00	3
CSG 05 a 11	*	*	*	*	10,00	10,00	10,00	*
CSG 12 a 14	10,00	300,00	70	1.4	5,00	3,00	3,00	2
CSG 15 a 19	*	*	*	*	10,00	10,00	10,00	*
CSG 20	10,00	300,00	70	1.4	5,00	3,00	3,00	**



CSG 21 a 23	*	*	*	*	10,00	10,00	10,00	*
INP 01 a 09	10,00	300,00	70	1.4	5,00	2,00	2,00	1.2
INR 01 a 09	10,00	300,00	70	1.4	5,00	2,00	2,00	1.2

OBS: *Usos que serão submetidos ao CMPDU, caso a caso;

**Altura das torres de acordo com as normas técnicas da ANATEL.

Os usos não especificados são incompatíveis com a Zona ZI

QUADRO DE OCUPAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES - ZONA DE INTERESSE TURÍSTICO - ZIT								
USOS	LOTE DE TERRENO		INDICADORES		AFASTAMENTOS (m)			NºMAX
Permitidos	Testada(m)	Área (m²)	Ocup.(%)	Aprov.	Frontal	Lateral	Fundos	PAV.
R1	12,00	360,00	60	1.5	5,00	1,50	2,00	3
R1(a)	12,00	360,00	60	1.2	5,00	1,50	2,00	2
R2	12,00	360,00	60	1.5	5,00	1,50	2,00	3
R2(b)	12,00	360,00	60	1.2	5,00	1,50	2,00	2
R3	12,00	360,00	60	1.5	5,00	2,00	2,00	3
R4	12,00	360,00	60	2.4	5,00	2,50	2,50	4
R5	12,00	360,00	60	2.6	5,00	2,50	2,50	5
R6	20,00	600,00	50	4.0	5,00	3+h/10	3+h/10	*
CSV 01 e 02	12,00	360,00	60	1.2	5,00	1,50	2,00	2
CSV 04 e 06	12,00	360,00	70	1.4	5,00	1,50	1,50	2
CSV 07 e 08	12,00	360,00	70	1.4	5,00	1,50	1,50	2
CSV 10 a 16	12,00	360,00	70	1.4	5,00	1,50	1,50	2
CSB 01 a 03	12,00	360,00	70	1.4	5,00	1,50	2,00	2
CSB 08 a 14	12,00	360,00	70	1.4	5,00	1,50	2,00	2
CSE 01 a 06	12,00	360,00	70	1.4	5,00	1,50	2,00	2
CSE 08 a 16	12,00	360,00	70	1.4	5,00	1,50	2,00	2
CSE 17	18,00	540,00	60	1.4	5,00	1,50	2,00	2
CSE 18	12,00	360,00	60	4.0	5,00	3+h/10	3+h/10	*
CSE19	20,00	500,00	60	1.2	4,00	3+h/10	3+h/10	*
CSE 20	24,00	600,00	60	1.8	5,00	2,00	2,00	3
CSE 21 a 22, 23, 25, 29 a 30 e 32	20,00	600,00	60	1.8	5,00	2,00	2,00	3
CSG 01	12,00	360,00	70	1.4	5,00	1,50	2,00	2
CSG 05 e 06	36,00	900,00	60	1.2	5,00	1,50	2,00	2
CSG 12 a 14	12,00	360,00	70	1.4	5,00	1,50	2,00	2
CSG 20	12,00	360,00	70	1.2	5,00	1,50	2,00	**
CSG 24	30,00	900,00	70	1.4	5,00	1,50	1,50	02***



* Obedece ao gabarito estabelecido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, quando situado na faixa de domínio regulada pela Constituição Estadual;

**Altura das torres de acordo com as normas técnicas da ANATEL.

*** Instalações permitidas na ZIT marginal ao Rio Paraíba.

- Quanto ao uso CSE 18 não será permitida a construção de Motéis.
- Os usos não especificados são incompatíveis com a Zona ZIT.

QUADRO DE OCUPAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES									
ZONAS DE PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL - ZPA									
USOS	LOTE DE TERRENO	INDICADORES	AFASTAMENTOS (m)			Nº MAX			
Permitidos	Testada(m)	Área(m²)	Ocup.(%)	Aprov.	Frontal	Lateral	Fundos	PAV.	
CSE 01	50,00	2500,00	30	0,6	10,00	10,00	5,00	2	
CSG 21 e 22	*	*	*	*	*	*	*	*	*

* Usos submetidos ao CMPDU, caso a caso.

ZPA - Zona de Preservação e Proteção Ambiental: compreende os resquícios de Mata Atlântica, a vegetação de restinga e os manguezais.

QUADRO DE OCUPAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES									
ZONAS ESPECIAIS									
ZEP	*	*	*	*	*	*	*	*	*
ZEIH	*	*	*	*	*	*	*	*	*
ZEPA	*	*	*	*	*	*	*	*	*
ZEPU	*	*	*	*	*	*	*	*	*

ZEP - Zona Especial Portuária: restrita a área do Porto e seus acréscimos;

ZEIH - Zona Especial de Interesse Histórico: compreende o sítio histórico da Fortaleza de Santa Catarina, sítio histórico das ruínas do Almogre e casario da Rua João Pessoa;

ZEPA - Zona Especial de Preservação Ambiental: compreende as Ilhas da Restinga e Areia Vermelha;

ZEPU - Zona Especial do Pólo Universitário: compreende a área definida para esse fim específico.

ZPA - Zona de Preservação e Proteção Ambiental: compreende os resquícios de Mata Atlântica, a vegetação de restinga e os manguezais;

* Quaisquer empreendimentos nessas zonas serão submetidos ao CMPDU.



ANEXO B

ANEXO 7.0

TABELA DE USO DO ARTIGO 10 LEI 06/99 DE 14 DE JULHO DE 1999 - TABELA 01 - ITEM HABITACIONAL

USOS	DESCRIÇÃO	TIPOLOGIA
a) Unifamiliar	Edificação constituída de uma única unidade habitacional destinada a abrigar uma só família. Unidade autônoma isolada.	R1
b) Bifamiliar	Edificação constituída de até duas unidades habitacionais, geminadas, isoladas ou superpostas.	R1 (a)
c) Multifamiliar horizontal	Conjunto de unidades residenciais, com mais de duas unidades de moradia, geminadas ou isoladas, não superpostas.	R2
d) Conjunto Horizontal	Conjunto de unidades residenciais isoladas, térreas ou duplex, constituindo um conjunto fechado de acesso restrito, (Condomínio residencial horizontal).	R2 (a)
e) Multifamiliar vertical Edificação destinada a servir de moradia a mais de uma família, em unidades autônomas, superpostas (prédios de apartamentos) sendo:	Até 02 (dois) pavimentos superpostos, podendo ser térreo mais 1 pavimento ou semi-pilotis mais um pavimento.	R2 (b)
	Até 03(três) pavimentos, podendo ser térreo mais 02(dois) pavimentos, semi-pilotis mais 02(dois) pavimentos ou pilotis mais 02(dois) pavimentos.	R3
	Até 04(quatro) pavimentos, podendo ser térreo mais 03(três) pavimentos, semi-pilotis mais 03(três) pavimentos ou pilotis mais 03(três) pavimentos.	R4
	Até 05(cinco) pavimentos, podendo ser pilotis mais 04 pavimentos ou semi-pilotis mais 04 pavimentos.	R5
	Acima de 05 pavimentos com pilotis.	R6

Observação 1: O pavimento pilotis pode ser classificado de duas maneiras:

- 1) Pilotis, quando aproveitado em sua totalidade para uso comum.
- 2) Semipilotis, quando tiver até 50% de sua área, construída, de uso privativo e o restante para uso comum. Quando essa ocupação ultrapassar 50%, este pavimento será considerado térreo.



Observação 2: Para os usos R3, R4 e R5, que não estejam na primeira quadra frontal a orla marítima, será permitido edificar acima de laje de cobertura do último pavimento, piscina e área de apoio, os quais não poderão ultrapassar 50% da área da laje de cobertura. A área de apoio poderá ser constituída de: WC, churrasqueira, sauna e depósito, desde que a soma das áreas desses equipamentos não ultrapassem 25% da área da laje de cobertura, podendo ser esta área particular ou de uso comum.

ANEXO 7.0

TABELA 02

II - NÃO HABITACIONAL

a) Comércio e Serviço Vicinal - CSV:	Caracteriza-se por comércio varejista e por serviços diversificados, de necessidades imediatas e cotidianas da população local, não incômodos, nocivos ou perigosos ao uso residencial, sendo:
	CSV 01 - Padarias / Panificadoras / Pastelarias;
	CSV 02 - Farmácias / Drogarias / Perfumarias / Cosméticos;
	CSV 03 - Açougues / Casa de Carnes / Peixaria;
	CSV 04 - Mercarias / Empórios / Mercadinhos / Comércio de Bebidas / Lojas de Conveniência;
	CSV 05 - Sacolões / Quitandas;
	CSV 06 - Bazares / Armazinhos / Quiosques / Bijuterias;
	CSV 07 - Floriculturas / Frutarias / Hortaliças;
	CSV 08 - Doçarias / Confeitarias / Sorveterias / Lanchonetes;
	CSV 09 - Alfaiatarias / Corte e Costura;
	CSV 10 - Sapatarias / Confecções / Brinquedos / Bicicletas;
	CSV 11 - Institutos de Beleza / Salões / Barbearias / Esteticistas / Pet Shop;
	CSV 12 - Bancas de Jornal e Revistas;
	CSV 13 - Posto de Saúde / Ambulatórios;
	CSV 14 - Taxistas;
	CSV 15 - Prestadores de Serviços / Encanadores / Eletricistas;
	CSV 16 - Barracas / Trailers / Fiteiros;
	CSV 17 - Pré-Escolas / Jardim de Infância / Alfabetização;
b) Comércio e Serviço de Bairro - CSB:	Caracteriza-se por comércio varejista e serviços diversificados, não incômodos, nocivos ou perigosos, e que visem atender a população do Bairro ou Região, sendo:
	CSB 01 - Escritórios Técnicos de Profissionais Liberais / Escritórios de Representações;
	CSB 02 - Consultórios Médicos, Odontológicos, Psicológicos e Protéticos;
	CSB 03 - Ateliês / Lojas de Artesanato;
	CSB 04 - Oficinas Mecânicas / Lataria e Pintura / Serviços Mecânicos Autorizados / Vendas de Peças e Acessórios / Lavagens de veículos;



	CSB 05 - Serralharias / Marcenarias / Serrarias / Madeiras;
	CSB 06 - Depósito de Material de Construção;
	CSB 07 - Oficinas de Pintura em Geral / Serigrafias;
	CSB 08 - Livrarias / Papelarias / Material de Desenho / Copiadora;
	CSB 09 - Vídeo Locadoras / Locadoras de Vídeo Games;
	CSB 10 - Bares / Restaurantes / Churrascarias com ou sem Música ao Vivo e/ou Som Mecânico;
	CSB 11 - Clínicas em Geral / Laboratórios / Comércio de Materiais Dentários e Hospitalares;
	CSB 12 - Lojas de Informática / Comércio de Internet e similares;
	CSB 13 - Casas Lotéricas e similares;
	CSB 14 - Diversões Eletrônicas / Bilihares / Sinucas;
	CSB 15 - Escola de Primeiro Grau;
c) Comércio e Serviço Específico - CSE	Caracteriza-se pela singularidade e demanda análise caso a caso, sendo:
	CSE 01 - Associações / Sindicatos / Clubes / Academias;
	CSE 02 - Teatros / Cinemas / Museus;
	CSE 03 - Hospitais / Maternidades / Sanatórios / Casas de Repouso;
	CSE 04 - Igrejas / Templos / Casas de Cultos;
	CSE 05 - Asilos / Orfanatos / Albergues;
	CSE 06 - Conventos / Internatos / Faculdades / Universidades;
	CSE 07 - Delegacias / Varas Distritais / Conselhos / Postos Policiais / Agências de Vigilância;
	CSE 08 - Lojas de Ferragens, Ferramentas e Acabamentos / Materiais Elétricos e Hidráulicos e EPI / Locação de Máquinas e Equipamentos / Artigos Esportivos / Artigos de Caça e Pesca;
	CSE 09 - Lojas de Decoração / Antiquários / Butiques / Magazines / Malharias / Lojas de Tecidos;
	CSE 10 - Joalherias / Relojoarias / Óticas / Foto / Som;
	CSE 11 - Louças / Porcelanas / Cristais;
	CSE 12 - Utensílios Domésticos / Luminárias / Eletrodomésticos / Móveis / Artigos de Colchoaria e similares;
	CSE 13 - Agências de Turismo / Agências de Publicidade;
	CSE 14 - Especiarias / Vidraçarias / Espelhos / Molduras;
	CSE 15 - Imobiliárias / Incorporadoras / Corretoras;
	CSE 16 - Agências Bancárias / Agências de Emprego / Empresas de Seguros;
	CSE 17 - Adegas / Cantinas / Bufê / Recepções / Promotora de Eventos;
	CSE 18 - Hotéis / Apart-hotéis / Flats / Motéis / Pousadas / Pensões;
	CSE 19 - Casas de Shows / Danceterias / Boates;
	CSE 20 - Shopping Center / Centros Comerciais e de Serviços / Hipermercados;
	CSE 21 - Supermercados / Mercados / Comércio Varejista de Laticínios Frios e Conservas;
	CSE 22 - Escolas de 2º Grau / Cursos Preparatórios e similares;
	CSE 23 - Concessionárias de Automóveis / Vendas de Veículos Automotores / Concessionária de Veículos Aquáticos;
	CSE 24 - Terminais de Passageiros;



		<p>CSE 25 – Comércio Atacadista e Distribuidores / Depósitos de Bebidas / Depósitos em Geral/ Envasamentos e Empacotamentos de Produtos/ Importação e Exportação;</p> <p>CSE 26 – Transportadoras / Garagens de Veículos;</p> <p>CSE 27 – Marmorarias e Graniterias;</p> <p>CSE 28 – Serviços Funerários;</p> <p>CSE 29 – Artigos Importados / Centrais de Abastecimento;</p> <p>CSE 30 – Postos de Abastecimento e Serviços;</p> <p>CSE 31 – Lavanderias;</p> <p>CSE 32 – Produções cinematográficas e similares</p>
d) Comércio e Serviço Geral – CSG:		<p>Caracteriza-se por comércio e serviços diversificados, sendo:</p> <p>CSG 01 – Editorias / Gráficas</p> <p>CSG 02 – Engarrafamentos de Bebidas;</p> <p>CSG 03 – Vendas de Máquinas e Implementos para Indústrias / Serviços de Reboque de Veículos / Carga e Descarga; Locação de Veículos e/ ou Máquinas Pesadas.</p> <p>CSG 04 – Vendas de Insumos Agrícolas/ Imunização e Controle de Pragas Urbanas;</p> <p>CSG 05 – Centros de Convenções;</p> <p>CSG 06 – Espaços e Edificações para Exposições;</p> <p>CSG 07 – Hipódromos / Estádios / Ginásios de Esportes;</p> <p>CSG 08 – Estúdios de Rádios e TV;</p> <p>CSG 09 – Heliportos;</p> <p>CSG 10 – Quartéis / Casas Correcionais;</p> <p>CSG 11 – Cemitérios / Centrais de Velórios/ Crematórios;</p> <p>CSG 12 – Centrais de Correios;</p> <p>CSG 13 – Centrais de Polícia;</p> <p>CSG 14 – Centrais Telefônicas;</p> <p>CSG 15 – Corpo de Bombeiros;</p> <p>CSG 16 – Depósitos de Gás;</p> <p>CSG 17 – Terminais Petrolíferos e Derivados;</p> <p>CSG 18 – Estações de Controle de Pressão e Tratamento de Água / Estações Elevatórias / Reservatórios;</p> <p>CSG 19 – Estações de Controle e Sub-estação Reguladoras de Energia Elétrica;</p> <p>CSG 20 – Estações de Telecomunicações / Torres de Telecomunicações / Torres de Transmissão de Rádio e TV;</p> <p>CSG 21 – Jardins Botânicos;</p> <p>CSG 22 – Jardins Zoológicos;</p> <p>CSG 23 – Laboratórios de Pesquisas;</p> <p>CSG 24 – Marinas e Guarda de Barcos;</p> <p>CSG 25 – Hotéis para animais</p>
e) Indústria Poluente – INP	Não	<p>Caracteriza-se por indústria não poluente, não nociva ou perigosa, sendo:</p> <p>INP 01 – Indústrias de Fundo de Quintal;</p> <p>INP 02 – Fundições / Manipulação de Fibras de Vidro e Derivados;</p> <p>INP 03 – Fábricas de Produtos Alimentícios;</p>



		<p>INP 04 – Fábricas e Laboratórios de Medicamentos e Similares;</p> <p>INP 05 – Indústrias de Informática;</p> <p>INP 06 – Fabricação de Pré-moldados e Similares;</p> <p>INP 07 – Fabricação e Consertos de Barcos de Madeira e Similares;</p> <p>INP 08 – Estaleiros Navais;</p> <p>INP 09 – Indústrias de Manipulação não Poluentes.</p>
f) Indústria Poluente Residual – INR	Não	<p>Caracteriza-se pela emissão de resíduos sólidos não poluentes, sendo:</p> <p>INR 01 – Indústrias de Fabricação de Móveis e Artefatos de Madeira;</p> <p>INR 02 – Indústrias de Fabricação e Consertos de Barcos de Fibras e Similares;</p> <p>INR 03 – Indústrias de Manipulação de Fibras de Vidro e Similares;</p> <p>INR 04 – Indústrias Pesqueiras;</p> <p>INR 05 – Indústrias de Refrigeração;</p> <p>INR 06 – Fabricação de Móveis de Ferro e Aço;</p> <p>INR 07 – Fábricas de Confeções e Calçados;</p> <p>INR 08 – Indústrias de Produtos em Acrílico ou Similar;</p> <p>INR 09 – Indústrias Não Poluentes Residuais não especificadas.</p>

ANEXO C

ANEXO 8.0

ESTABELECE O MACRO-ZONEAMENTO

8.1 – ZONA DE ADENSAMENTO PRECÁRIO – ZAPRE

Engloba as regiões do Município, onde ainda são precárias as condições de Uso e Ocupação do Solo. Caracteriza-se pela concentração de vazios urbanos, população de baixa renda; possui grande potencial para o turismo; poucos investimentos em equipamentos e infraestrutura, sistema viário incipiente e alojamentos no período invernal, carecendo de estudos de mobilidade urbana, acessos e uso do solo compatível com a vocação natural de região, especificamente, o turismo.

8.1.1 – Na ZAPRE estão encravadas as Zonas: ZR1, ZR3, ZR4, ZCS1, ZI, ZIT, ZEIT e ZEPU.

8.1.2 – Na Zona ZR1 terão prioridades os usos residenciais, sendo permitidos os demais usos desde que sejam obedecidos os seguintes critérios:

- Os Usos CSV serão permitidos conforme estabelece o ANEXO 5.0 do Código do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo;
- Os Usos CSB serão permitidos desde que a área de construção não ultrapasse o limite de 500,00 m²;
- Os Usos CSE serão permitidos do CSE 01 ao CSE 07; do CSE 14 ao CSE 17; CSE 18, com exceção de motéis, de acordo com o que dispõe o ANEXO 5.0 da citada Lei;
- Os demais Usos CSE não serão permitidos, por não se adequarem a precariedade desta Zona de Adensamento;

e) Os Usos CSG, INP e INR serão tolerados desde que sejam compatíveis com o uso residencial e obedeçam ao que estabelece o ANEXO 5.0.

8.1.3 – Na Zona ZR3 terão prioridades os usos residenciais, sendo permitidos os demais usos desde que sejam obedecidos os seguintes critérios:

- Os Usos CSV serão permitidos conforme estabelece o ANEXO 5.0 do Código do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo;
- Os Usos CSB serão permitidos desde que a área de construção não ultrapasse o limite de 500,00 m²;
- Os Usos CSE, do CSE 01 ao CSE 07; do CSE 14 ao CSE 17; CSE 18, com exceção de motéis; do CSE 21 ao CSE 23 e CSE 30, serão permitidos com área máxima de 1.000,00 m², conforme dispõe o ANEXO 5.0.
- Os demais usos CSE não serão permitidos, por serem incompatíveis com a Zona em apreço;
- Os Usos CSG, INP e INR serão tolerados desde que sejam compatíveis com o uso residencial e obedeçam ao que estabelece o ANEXO 5.0.

8.1.4 – Na Zona ZR4 terão prioridades os usos residenciais, sendo tolerados os demais usos que deverão obedecer ao que segue:

- Os Usos CSV e CSB serão permitidos desde que a área de construção não ultrapasse o limite de 1.000,00 m² e obedeçam ao que estabelece o ANEXO 5.0;
- Os Usos CSE e CSG não serão permitidos por não se adequarem à precariedade desta Zona de Adensamento;

c) Os Usos INP e INR serão permitidos desde que sejam compatíveis com o uso residencial e obedeçam ao que dispõe o ANEXO 5.0.

8.1.5 – Na Zona ZCS1, terão prioridades os usos não residenciais previstos no ANEXO 5.0, do Código do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo:

- Os usos residenciais previstos para esta Zona obedecerão ao que estabelece o ANEXO 5.0;
- Os Usos CSV e CSB serão permitidos desde que a área de construção não ultrapasse o limite de 1.500,00 m² e obedeçam ao que estabelece o ANEXO 5.0;
- Os Usos CSE, do CSE 01 ao CSE 06; CSE 14 ao CSE 18 serão permitidos, conforme dispõe o ANEXO 5.0; do uso CSE 21 ao CSE 23; do CSE 24 ao CSE 31, serão permitidos, desde que não tenham área superior a 2.000,00 m² e conforme critérios estabelecidos no ANEXO 5.0;
- Os demais usos CSE não serão permitidos por não se adequarem às condições desta Zona de Adensamento;
- Os Usos CSG, INP e INR serão permitidos desde que obedeçam aos critérios estabelecidos no ANEXO 5.0.

8.1.6 – Na Zona ZI terão prioridades os usos INR e INP, não sendo permitidos os demais usos, especificamente nesta Zona encravada na ZAPRE.

8.1.7 – A Zona ZIT, encravada nesta ZAPRE passa à categoria de ZCS1, obedecendo às mesmas exigências constantes no Item 8.1.6 do presente ANEXO.

8.1.8 – Na Zona ZEIT, terão prioridade os usos de interesse turístico especialmente ligados às atividades náuticas e similares.

- Os usos residenciais serão tolerados, especialmente multifamiliares quando destinados ao apoio às atividades turísticas, em consonância com o que dispõe o ANEXO 5.0 do Código do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo;
- Os Usos CSV serão permitidos conforme especificações do ANEXO 5.0;
- Os Usos CSE, do CSE 01 ao CSE 07, do CSE 14 ao CSE 17, serão permitidos conforme dispõe o ANEXO 5.0, desde que sua área de construção não ultrapasse o limite de 1.500,00 m²; o uso CSE 18, será permitido de acordo com as exigências do ANEXO 5.0; do CSE 21 ao CSE 31, serão permitidos em consonância com o que dispõe o ANEXO 5.0, desde que sua área de construção não ultrapasse o limite de 2.000,00 m²; os demais usos CSE, não serão permitidos por não se adequarem às condições desta Zona de Adensamento;
- Os Usos CSG, INP e INR, serão permitidos desde que sejam compatíveis com as atividades náuticas ou turísticas, obedecendo às exigências do ANEXO 5.0.

8.1.9 – Na Zona ZEPU só serão permitidos os usos específicos de ensino superior e técnicos em consonância com o que estabelece o ANEXO 5.0 do Código do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo.

8.2 – ZONA DE ADENSAMENTO PRIORITÁRIO – ZAP

Esta Zona envolve regiões onde as condições de Uso e Ocupação do Solo são restritas devido à concentração de investimentos institucionais e serviços, com grande índice de imóveis residenciais e densidade demográfica tendendo a estagnação com pouquíssimos vazios urbanos disponíveis. Caracteriza-se pela densa ocupação habitacional, institucional e serviços; existência de considerável infraestrutura urbana, com vias pavimentadas, galerias fluviais e insipiente tratamento de esgoto sanitário, especialmente na área do Internares e adjacências.

8.2.1 – Na ZAP estão encravadas as Zonas ZR1, ZR3, ZCS1, ZCS2, ZEP e ZIT.

8.2.2 – Nas Zonas ZR1 e ZR3 terão prioridades os usos residenciais, sendo tolerados os demais usos que obedecerão aos seguintes critérios:

- Os Usos CSV e CSB serão permitidos, conforme estabelece o ANEXO 5.0, desde que não ultrapassem a área de construção máxima de 1.000,00 m²;
- Só serão permitidos os Usos do CSE 01 ao CSE 06, CSE 15, CSE 16, CSE 18, com exceção de motéis, CSE 21, CSE 22 e CSE 30, conforme especifica o ANEXO 5.0, desde que construídos com área inferior a 1.500,00 m²; os demais usos CSE são incompatíveis com as Zonas residenciais em apreço.
- Os Usos CSG só serão permitidos depois de analisado, caso a caso, conforme dispõe o ANEXO 5.0;
- Os Usos INP e INR serão permitidos quando compatíveis com os usos residenciais.

8.2.3 – Nas Zonas ZCS1 e ZCS2, terão prioridade os usos não residenciais previstos no ANEXO 5.0, do Código do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo;

- Os Usos CSV e CSB serão permitidos, com área de construção de até 1.000,00 m²; de acordo com a disposição do ANEXO 5.0;
- Só serão permitidos os Usos CSE, do CSE 01 ao CSE 16, desde que a área de construção não ultrapasse o limite de 1.000,00 m²; o uso CSE 18 será permitido de acordo com as



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CABELODO
GABINETE DO PREFEITO

exigências do ANEXO 5.0, não sendo permitida a construção de motéis na Zona ZCS2; o uso CSE 20 será permitido de acordo com o disposto no ANEXO 5.0, nas zonas ZR3, ZCS1 e ZCS2 encravadas na ZAP, localizadas a partir da Mata do Estado, ao Sul, Rio Paraíba, ao Oeste e Oceano Atlântico, ao Leste e ao Norte; os usos CSE 21, CSE 22, CSE 30 e CSE 31, serão permitidos conforme estabelece o ANEXO 5.0; os demais usos CSE, são incompatíveis com as condições desta Zona de Adensamento;

c) Os Usos INP e INR serão permitidos quando compatíveis com a Zona onde serão instalados.

8.2.4 – Na Zona ZEP serão permitidas as edificações destinadas ao complexo portuário, obedecendo aos critérios específicos para esta Zona.

8.2.5 – Na Zona ZIT terão prioridade os usos de interesses turísticos podendo ser liberadas as construções de usos residenciais, obedecendo o disposto no ANEXO 5.0.

a) Os Usos CSV e CSB serão permitidos desde que a área de construção não ultrapasse o limite de 1.500,00m², obedecendo às exigências do ANEXO 5.0;

b) Os Usos CSE 01, CSE 02, CSE 16 ao CSE 19 serão permitidos em consonância com os dispositivos do ANEXO 5.0; os usos CSE 08, CSE 09, CSE 12, CSE 14 e CSE 15, serão permitidos desde que a área de construção não ultrapasse o limite de 1.500,00 m²; os demais usos CSE não serão permitidos;

c) Os Usos CSG, INP e INR não serão permitidos por serem incompatíveis com as atividades de interesses turísticos, para esta Zona.

8.3 – ZONA DE ADENSAMENTO – ZA

A região envolvida pela ZA tem condições de uso e ocupação do solo caracterizada pela instalação de equipamentos residenciais, institucionais e serviços, com tendência natural ao turismo. Tem uma infraestrutura insipiente carecendo de investimentos.

8.3.1 – Na ZA encontram-se encravadas as Zonas: ZR2, ZR3, ZCS1, ZCS2 e ZIT.

8.3.2 – Nas Zonas ZR2 e ZR3, terão prioridades os usos residenciais.

a) Os Usos CSV e CSB serão permitidos desde que a área de construção não ultrapasse o limite de 1.000,00 m² e obedeceram aos dispositivos do ANEXO 5.0;

b) Os Usos CSE serão permitidos desde que: do uso CSE 01 ao CSE 05 sejam obedecidos os critérios definidos no ANEXO 5.0; os usos CSE 16, CSE 18, CSE 21 e CSE 30, obedeceram às exigências do ANEXO 5.0, havendo restrições quanto a construção de motéis em qualquer desses casos a área máxima permitida será de 1.500,00 m²; os demais usos CSE são incompatíveis com ZA;

c) Os Usos CSG serão permitidos em consonância com o que estabelece o ANEXO 5.0;

d) Os Usos INP e INR só serão permitidos quando compatíveis com o uso residencial obedecendo aos dispositivos do ANEXO 5.0.

8.3.3 – Nas Zonas ZCS1 e ZCS2, terão prioridade os usos não residenciais, sendo tolerados os usos residenciais.



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CABELODO
GABINETE DO PREFEITO

a) Os Usos CSV e CSB serão permitidos desde que a área de construção não ultrapasse o limite de 1.500,00 m² e sejam obedecidas as exigências do ANEXO 5.0;

b) Serão permitidos os usos CSE 01 ao CSE 05, de acordo com o que estabelece o ANEXO 5.0; do CSE 07 ao CSE 16 serão liberados de acordo com o ANEXO 5.0 e a área de construção não ultrapasse o limite de 1.000,00m²; o uso CSE 18 será compatível de acordo com as exigências do ANEXO 5.0, sendo permitida a construção de motéis apenas na zona ZCS1; os usos CSE 21, CSE 30 e CSE 31 serão liberados de acordo com as exigências do ANEXO 5.0, porém com área de construção inferior a 1.500,00m²; os demais usos CSE são incompatíveis com as Zonas especificadas.

c) Os Usos CSG, serão liberados observando-se as exigências do ANEXO 5.0;

d) Os Usos INP e INR serão permitidos de acordo com o que estabelece o ANEXO 5.0.

8.3.4 – Na Zona ZIT terão prioridade os usos de interesses turísticos, sendo tolerados os usos residenciais previstos em Lei.

a) Os Usos CSV e CSB serão permitidos de acordo com as exigências do ANEXO 5.0, desde que sejam construídos com área não superior a 1.500,00m²;

b) Os Usos CSE 01 e CSE 02 serão permitidos desde que obedeceram às exigências do ANEXO 5.0; os usos CSE 08, CSE 09, CSE 12, CSE 14 e CSE 15, serão permitidos com área de construção de até 1.000,00m², em consonância com o que estabelece o ANEXO 5.0; os usos CSE 16, CSE 18 e CSE 30 serão permitidos de acordo com o ANEXO 5.0, havendo restrições quanto a construção de motéis; os demais usos CSE não serão permitidos para a zona em apreço;

c) Os Usos CSG, INP e INR serão incompatíveis com os usos de interesse turísticos.

8.4 – ZONA DE ADENSAMENTO NÃO PRIORITÁRIO – ZANP

Na região envolvida pela ZANP a tendência natural de uso e ocupação do solo é prioritariamente comercial, institucional e de serviços. Caracteriza-se por margear a rodovia BR-230; pela existência de equipamentos comerciais, indústrias e de serviços de pequeno e médio porte. Tem infraestrutura urbana incipiente.

8.4.1 – Nesta Zona estão encravadas as Zonas: ZCS1, ZI, ZR3, ZR4 e ZEP, sendo permitidos os usos previstos no ANEXO 5.0, do Código do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo.

8.4.2 – Na Zona ZCS1, terão prioridade os usos não residenciais previstos no ANEXO 5.0.

a) Os Usos CSV e CSB serão permitidos desde que edificados com área de construção máxima de 1.500,00m²;

b) Os Usos CSE, do CSE 01 ao CSE 06, serão permitidos de acordo com as exigências do ANEXO 5.0, do uso CSE 07 ao CSE 15 serão permitidos desde que edificados com área de construção máxima de 1.500,00m²; o uso CSE 18 será permitido de acordo com o ANEXO 5.0; os usos, CSE 22, CSE 25, CSE 26 e CSE 30, serão permitidos com área de construção máxima de 2.000,00m², obedecendo aos critérios do ANEXO 5.0; os demais usos CSE não serão permitidos por incompatibilidade com a ZANP;

c) Os Usos CSG serão permitidos desde que estejam de acordo com as normas do ANEXO 5.0;



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CABELODO
GABINETE DO PREFEITO

d) Os Usos INP e INR serão permitidos desde que não poluentes e compatíveis com o uso comercial.

8.4.3 – Na Zona ZI terão prioridade os usos INP e INR sendo tolerados os demais usos, com restrições aos usos residenciais, nas seguintes condições:

a) Os Usos CSV e CSB serão permitidos desde que a área de construção não ultrapasse o limite de 1.000,00m², observando-se o disposto no ANEXO 5.0;

b) Os Usos CSE 01, CSE 03, CSE 04, CSE 05, CSE 19, CSE 22, CSE 25, CSE 26 e CSE 30 serão permitidos conforme o ANEXO 5.0, com área máxima de 1.000,00m²; os demais usos CSE são incompatíveis com a Zona ZI;

c) Os Usos CSG, INP e INR serão permitidos de acordo com as exigências do ANEXO 5.0;

8.4.4 – Nas Zonas ZR3 e ZR4 terão prioridade as edificações de uso residencial devendo os demais usos obedecer aos seguintes critérios:

a) Os Usos CSV e CSB serão permitidos de acordo com o que estabelece o ANEXO 5.0;

b) Os Usos CSE 01, CSE 03, CSE 04, CSE 05, CSE 06, CSE 16, CSE 17, CSE 19, CSE 21, CSE 22, CSE 25, CSE 26, CSE 29 e CSE 30 serão permitidos conforme o ANEXO 5.0, com área máxima de 1.500,00m²; os demais usos CSE são incompatíveis com as Zonas ZR3 e ZR4, encravadas nesta Zona de Adensamento;

c) Os Usos CSG só serão permitidos em consonância com o ANEXO 5.0;

d) Os Usos INP e INR serão liberados desde que compatíveis com o uso residencial.

8.4.5 – Na Zona ZEPU só serão permitidos equipamentos de ensino superior e técnico em consonância com o que dispõe o ANEXO 5.0, do Código do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo.

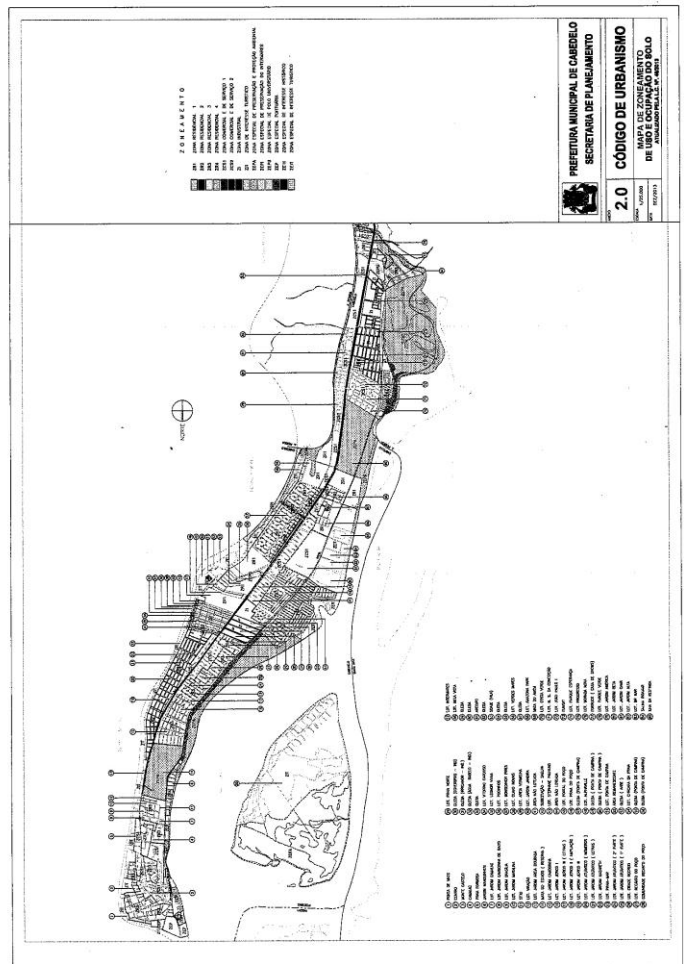
8.5 – ZONA DE PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL – ZPA

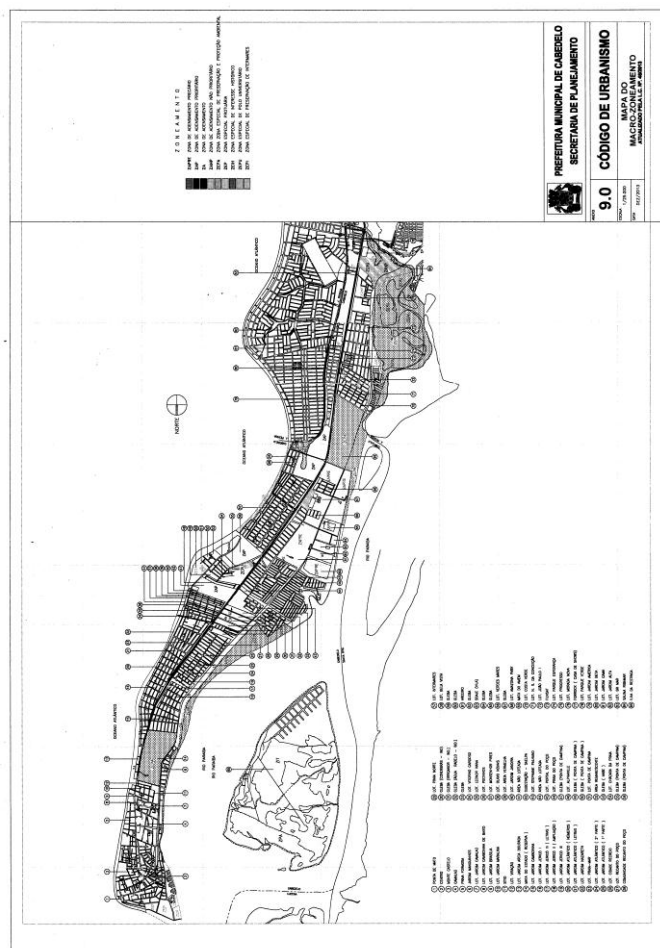
É delimitada em função das micro regiões existentes que necessitam de cuidados especiais quanto ao meio ambiente e equilíbrio do eco sistema existente ou surgido artificialmente pela interação do homem com a natureza.

8.5.1 – Na Zona de Preservação e Proteção Ambiental só serão permitidos, exclusivamente, os usos estabelecidos por Lei.

8.6 – ZONEAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E MACRO – ZONEAMENTO

8.6.1 – O ANEXO 2.0 e ANEXO 9.0 da Lei Complementar nº 17/2006 de 24 de janeiro de 2006, são partes integrantes deste Anexo, ficando a Prefeitura Municipal de Cabelado autorizada a providenciar as alterações que se fizerem necessárias para adaptação dos Mapas do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo e do Macro-Zoneamento aos termos deste ANEXO.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 62

De 16 de Dezembro de 2013.

REVOGA A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA
DO LOTE DISCRIMINADO ABAIXO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO (PB), no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada a declaração de utilidade pública, para fins de instalação da sede do PROCON, do lote 11 da Quadra 08, do Loteamento Cidade Formosa, Cabedelo-PB, beneficiado com um imóvel residencial de número 146, com as seguintes medições: 12,00m de frente com a Rua Paulo Maia Guimarães; 12,00m de fundos com partes dos Lotes 01 e 14; 34,00m do lado direito com o Lote 12; 20,00m do lado esquerdo com o Lote 03, somando uma área total de 408,00m², pertencente do Sr. FRANCISCO JAVIER DIEZ ALDAMA.

Art. 2º - A Procuradoria Geral do Município está autorizada a promover todos os atos legais necessários à efetivação da revogação prevista neste decreto.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 16 de Dezembro de 2013, 191ª da Independência, 125ª da República e 57ª da Emancipação Política Cabedelense.

WELLINGTON VIANA FRANÇA
Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 63

De 17 de Dezembro de 2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA,
PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O
LOTE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO (PB), no uso de suas atribuições legais, e com base no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º - É declarada de utilidade pública para fins de instalação da sede da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Veríssimo, o lote de terreno acrescido e alagado de marinha, situado à margem direita do Rio Mandacaru, situado no Renascer IV, com as seguintes medições: 79,15m de frente e confrontando-se com a Rua Severino Barbosa de Lima; medindo 97,15m de fundos e confrontando-se com Gleba de Herdeiros de Severino Guedes de Andrade; medindo pelo lado direito 89,55m, limitando-se com Gleba de herdeiros de Severino Guedes de Andrade; medindo pelo lado esquerdo 91,30m, limitando-se com a propriedade de quem de direito, totalizando área total de 7.883,88m².

Art. 2º - O Imóvel especificado acima tem como proprietário SEVERINO GUEDES DE ANDRADE.

Art. 3º - Declara-se a urgência das desapropriações com supedâneo no Decreto-Lei nº 3.365, de 21.06.1941.

Art. 4º - A Procuradoria Geral do Município está autorizada a promover todos os atos legais necessários à efetivação da desapropriação prevista neste decreto.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário;

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), 17 de Dezembro de 2013, 191ª da Independência, 125ª da República e 57ª da Emancipação Política Cabedelense.

WELLINGTON VIANA FRANÇA
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL - SEREC
COORDENADORIA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS - COJUP

ATA DE JULGAMENTO DA SESSÃO DE Nº 0027/13

Ao(s) 06 de dezembro de 2013, na sede da Secretaria da Receita Municipal localizada na Rua Heitor Gusmão, 21, Centro, Cabedelo-PB, reuniram-se os membros da Coordenadoria de Julgamento de Processos Fiscais - COJUP, presentes por convocação do seu Presidente, **FÁBIO DOMINGOS BEZERRA**, e os Coordenadores **RENAN GAMBARRA SOARES** e **PAULINE D'OLIVEIRA GOMES DE MELO**.

Iniciada a sessão às 9:00 horas, preliminarmente foram discutidas questões de ordem, em seguida foram relatados, discutidos e deliberados os processos abaixo discriminados:

1 - Processo: 2013.005404-0

Interessado: José Anísio Ferreira Filho

Assunto: Renovação de benefício - Isenção IPTU - servidor público

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator.

2 - Processo: 2013.005700-7

Interessada: Jacinta de Fátima Carvalho Alencar

Assunto: Renovação de benefício - Redução 50% IPTU

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator.

3 - Processo: 2013.005701-5

Interessada: Josefa Mailda Nunes

Assunto: Renovação de benefício - Redução 50% IPTU

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator.

4 - Processo: 2013.005709-0

Interessada: Maria Celeste de Miranda Cavalcante Silva

Assunto: Renovação de benefício - Redução 50% IPTU

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator.

5 - Processo: 2013.005710-4

Interessado: José Lindalvo Araújo Nóbrega

Assunto: Renovação de benefício - Redução 50% IPTU

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator.

6 - Processo: 2013.005712-0

Interessada: Maria do Carmo Pereira

Assunto: Isenção IPTU - servidor público

Relator: Fábio Domingos Bezerra



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
 SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL - SEREC
 COORDENADORIA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS - COJUP

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator.

7 - Processo: 2012/006790-5

Interessado: Geralda Florêncio da Rocha

Assunto: Desconto de 50% de IPTU

Relator: Renan Gambarra Soares

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator.

8 - Processo: 2013/005458-0

Interessado: Maria da Penha Silva

Assunto: Renovação de Benefício de IPTU

Relator: Renan Gambarra Soares

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator.

9 - Processo: 2013/005508-0

Interessado: Joseane Soares Euzébio dos Santos

Assunto: Renovação de Benefício de IPTU

Relator: Renan Gambarra Soares

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator.

10 - Processo: 2013/005512-8

Interessado: Cleide Rocha da Silva Pimentel

Assunto: Renovação de Benefício de IPTU

Relator: Renan Gambarra Soares

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator.

11 - Processo: 2013/005530-6

Interessado: Ciro Francisco Coelho

Assunto: Renovação de Benefício de IPTU

Relator: Renan Gambarra Soares

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator.

12 - Processo: 2013/005758-9

Interessado: Maria de Lourdes Narciso Calado

Assunto: Restituição de IPTU

Relator: Renan Gambarra Soares

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator.

13 - Processo: 2012/006706-9

Interessado: BR Peças e Serviços LTDA

Assunto: Impugnação de Auto de Infração

Relator: Renan Gambarra Soares

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator.

14 - Processo: 2012/001363-5

Interessado: Maré Cimento Ltda



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
 SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL - SEREC
 COORDENADORIA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS - COJUP

Assunto: Impugnação de Auto de Infração

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, pelo NÃO RECEBIMENTO da Defesa, nos termos do voto do Coordenador Relator.

Acórdão: 0145/13

15 - Processo: 2011/006302-8

Interessado: Detize Engenharia de Vigilância Ambiental Ltda

Assunto: Impugnação de Auto de Infração

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator.

16 - Processo: 2013/005953-0

Interessado: Jossana Rafaela Costa Santos

Assunto: Restituição de IPTU

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator.

17 - Processo: 2011/004576-3

Interessado: MC Veículos e Peças Ltda

Assunto: Impugnação de Auto de Infração

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, pelo DEFERIMENTO PARCIAL da Defesa, para REDUZIR o crédito tributário, constante da autuação sob o nº 5.00847/11-8, nos termos do voto do Coordenador Relator. Foi dispensado o recurso de ofício, nos termos do art. 224, § 1º da Lei Complementar nº 02/97.

Acórdão: 0146/13

18 - Processo: 2012/006296-2

Interessado: Mendes & Barros Despachos Aduaneiros Ltda

Assunto: Impugnação de Auto de Infração

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, pelo DEFERIMENTO da Defesa, para CANCELAR a autuação nº 5.00493/12-0, nos termos do voto do Coordenador Relator. Foi dispensado o recurso de ofício, nos termos do art. 224, § 1º da Lei Complementar nº 02/97.

Acórdão: 0147/13

19 - Processo: 2011/000661-0

Interessado: Bandeirantes Propaganda Paraíba Ltda

Assunto: Defesa de Notificação

Relator: Pauline D'Oliveira Gomes de Melo

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
 SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL - SEREC
 COORDENADORIA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS - COJUP

FÁBIO DOMINGOS BEZERRA
 PRESIDENTE

RENAN GAMBARRA SOARES
 COORDENADOR

PAULINE D'OLIVEIRA G. MELO
 COODENADORA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
 SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL - SEREC
 COORDENADORIA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS - COJUP

ATA DE JULGAMENTO DA SESSÃO DE Nº 0028/13

Ao(s) 16 de dezembro de 2013, na sede da Secretaria da Receita Municipal localizada na Rua Heitor Gusmão, 21, Centro, Cabedelo-PB, reuniram-se os membros da Coordenadoria de Julgamento de Processos Fiscais - COJUP, presentes por convocação do seu Presidente, **FÁBIO DOMINGOS BEZERRA**, e os Coordenadores **RENAN GAMBARRA SOARES** e **PAULINE D'OLIVEIRA GOMES DE MELO**.

1-Processo: 2010.005320-8

Interessado: Nivaldo Garcia Neto

Relatora: Pauline D'Oliveira Gomes de Melo

Assunto: Pedido de revisão do IPTU

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, pelo INDEFERIMENTO do pleito, nos termos do voto do Coordenador Relator.

Acórdão: 0148/13

2-Processo: 2012.001602-2

Interessado: SOAJE- Sociedade de Ação Comunitária de Jacaré

Relatora: Pauline D'Oliveira Gomes de Melo

Assunto: Não incidência de IPTU

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator

3-Processo: 2013.001218-6

Interessado: Sandoval Francisco Urbano Martins

Relatora: Pauline D'Oliveira Gomes de Melo

Assunto: Pedido de baixa de inscrição de autônomo

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator

4-Processo: 2013.001280-1

Interessado: Jânio Queiroz de Figueiredo

Relatora: Pauline D'Oliveira Gomes de Melo

Assunto: Reclamação contra ISS lançado e pedido de baixa de inscrição de autônomo.

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, pelo DEFERIMENTO do pedido e pelo cancelamento da CDA 003012002962, nos termos do voto do Coordenador Relator. Foi dispensado o recurso de ofício, nos termos do art. 224, § 1º da Lei Complementar nº 02/97.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
 SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL - SEREC
 COORDENADORIA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS - COJUP

Acórdão: 0149/13

5-Processo: 2013.001330-1

Interessado: Lenilda Rodrigues Barreto

Relatora: Pauline D'Oliveira Gomes de Melo

Assunto: Reclamação contra ISS lançado e pedido de baixa de inscrição de autônomo.

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, pelo DEFERIMENTO do pleito, para CANCELAR o débito lançado, nos termos do voto do Coordenador Relator. Foi dispensado o recurso de ofício, nos termos do art. 224, § 1º da Lei Complementar nº 02/97.

Acórdão: 0150/13

6-Processo: 2013.001321-2

Interessado: Amaro Maia

Relatora: Pauline D'Oliveira Gomes de Melo

Assunto: Reclamação contra ISS lançado e pedido de baixa de inscrição de autônomo.

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, pelo DEFERIMENTO PARCIAL do pleito, nos termos do voto do Coordenador Relator. Foi dispensado o recurso de ofício, nos termos do art. 224, § 1º da Lei Complementar nº 02/97.

Acórdão: 0151/13

7-Processo: 2013/001179-1

Interessado: Maria Anunciada Pereira Fonseca

Relatora: Pauline D'Oliveira Gomes de Melo

Assunto: Reclamação contra ISS lançado e pedido de baixa de inscrição de autônomo.

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, pelo DEFERIMENTO do pleito, para CANCELAR o valor lançado, nos termos do voto do Coordenador Relator. Foi dispensado o recurso de ofício, nos termos do art. 224, § 1º da Lei Complementar nº 02/97.

Acórdão: 0152/13

8-Processo: 2013/006055-5

Interessado: João Carlos Nogueira

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Assunto: Restituição de IPTU - Pagamento a Maior

Decisão: Encaminhado ao Cadastro Imobiliário

9-Processo: 2013/006079-2

Interessado: Evidence Engenharia Ltda

Relator: Fábio Domingos Bezerra



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL - SEREC
COORDENADORIA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS - COJUP

Assunto: Restituição de IPTU – Pagamento em Duplicidade
Decisão: Encaminhado ao Cadastro Imobiliário

10–Processo: 2013/005536-5

Interessado: Silvana Macaúbas Torres

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Assunto: Isenção de IPTU

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, para RECONHECER o direito de isenção ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, atinente aos exercícios de 2014 e 2015, nos termos do voto do Coordenador Relator.

Acórdão: 0153/13

11–Processo: 2013/005595-0

Interessado: Sandra Valéria de Almeida Porto

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Assunto: Isenção de IPTU

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, para RECONHECER o direito de isenção ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, atinente aos exercícios de 2014 e 2015, nos termos do voto do Coordenador Relator.

Acórdão: 0154/13

12–Processo: 2013/005856-9

Interessado: João Francisco da Silva

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Assunto: Isenção de IPTU – Redução de 50%

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, pelo DEFERIMENTO do pleito, para RECONHECER o direito à redução de 50% do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, atinente aos exercícios de 2014 e 2015, nos termos do voto do Coordenador Relator.

Acórdão: 0155/13

13–Processo: 2013/005626-4

Interessado: Rosivando Pereira da Silva

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Assunto: Isenção de IPTU

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, para RECONHECER o direito de isenção ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, atinente aos exercícios de 2014 e 2015, nos termos do



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL - SEREC
COORDENADORIA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS - COJUP

Acórdão: 0156/13

14–Processo: 2013/005858-5

Interessado: Maria Selma de Assis

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Assunto: Renovação de Benefício – IPTU

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, pelo DEFERIMENTO do pleito, para RECONHECER o direito à redução de 50% do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, atinente aos exercícios de 2014 e 2015, nos termos do voto do Coordenador Relator.

Acórdão: 0157/13

15–Processo: 2013/005866-6

Interessado: Everaldo Holanda Cavalcanti

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Assunto: Isenção de IPTU – Redução de 50%

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, pelo DEFERIMENTO do pleito, para RECONHECER o direito à redução de 50% do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, atinente aos exercícios de 2014 e 2015, nos termos do voto do Coordenador Relator.

Acórdão: 0158/13

16–Processo: 2013/005869-0

Interessado: Rita Soares da Silva

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Assunto: Isenção de IPTU – Redução de 50%

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, para INDEFERIR o pleito, nos termos do voto do Coordenador Relator.

Acórdão: 0159/13

17–Processo: 2013/005884-4

Interessado: Ana Rita Gomes de Brito

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Assunto: Isenção de IPTU – Servidor Municipal

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, para INDEFERIR o pleito, nos termos do voto do Coordenador Relator.

Acórdão: 0160/13

18–Processo: 2013/005912-3

Interessado: Níge de Lima Pereira

Relator: Fábio Domingos Bezerra



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL - SEREC
COORDENADORIA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS - COJUP

Assunto: Isenção de IPTU – Viúva

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, para RECONHECER o direito de isenção ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, atinente aos exercícios de 2014 e 2015, nos termos do voto do Coordenador Relator.

Acórdão: 0161/13

19–Processo: 2013/005914-0

Interessado: Maria de Magalhães Alcântara

Relatora: Fábio Domingos Bezerra

Assunto: Isenção de IPTU – Redução de 50%

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, pelo DEFERIMENTO do pleito, para RECONHECER o direito à redução de 50% do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, atinente aos exercícios de 2014 e 2015, nos termos do voto do Coordenador Relator.

Acórdão: 0162/13

20 – Processo: 2013.005456-3

Interessado: Roberto Germano Bezerra Cavalcanti

Assunto: Restituição IPTU

Relator: Renan Gambarra Soares

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator

21 – Processo: 2013.003722-7

Interessada: Hilnaide Maria Ramos de Brito

Assunto: Redução 50% IPTU

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, pelo DEFERIMENTO do pleito, para RECONHECER o direito à redução de 50% do Imposto Sobre a Propriedade predial e Territorial Urbana – IPTU, atinente aos exercícios 2014 e 2015.

Acórdão: 0163/13

22 – Processo: 2013.003403-1

Interessada: Maria Aparecida Arnaud Formiga

Assunto: Redução 50% IPTU

Relator: Fábio Domingos Bezerra

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, pelo DEFERIMENTO do pleito, para RECONHECER o direito à redução de 50% do Imposto Sobre a Propriedade predial e Territorial Urbana – IPTU, atinente aos exercícios 2014 e 2015.

Acórdão: 0164/13



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL - SEREC
COORDENADORIA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS - COJUP

23– Processo: 2013.001709-9

Interessado: José Osmar Cabral de Araújo

Assunto: Reavaliação de ITBI

Relator: Renan Gambarra Soares

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, pela EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, por perda do objeto, nos termos do voto do Coordenador Relator.

Acórdão: 0165/13

24 - Processo: 2012/001370-8

Interessado: SORTECOMTV LOTERIAS E COBRANÇAS LTDA

Assunto: Impugnação Auto de Infração

Relator: Renan Gambarra Soares

Decisão: Submetido o voto do relator ao julgamento dos demais membros, decidiram, por unanimidade, pelo DEFERIMENTO do pleito, para anular o auto de infração de nº 5.00323/12-7, nos termos do voto do Coordenador Relator. Há recurso de ofício ???

Acórdão: 0166/13

25 - Processo: 2009/003546-6

Interessado: EMVIPOL EMPRESA DE VIGILANCIA POTIGUAR LTDA

Assunto: Impugnação Auto de Infração

Relator: Renan Gambarra Soares

Decisão: Convertido em diligência por solicitação do Coordenador Relator

FÁBIO DOMINGOS BEZERRA
PRESIDENTE

Renan Gambarra Soares
RENAN GAMBARRA SOARES
COORDENADOR

Pauline D'Oliveira G. de Melo
PAULINE D'OLIVEIRA G. DMELO
COORDENADORA



PUBLICAÇÃO
AFIXAÇÃO
Câmara Municipal de Cabedelo/PB
(§ 1º do art. 87 da LOB)
Dia 20/12/2013
VISTO

RESOLUÇÃO Nº 209, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013.

Altera os §§ 1º e 2º do art. 114 da Resolução nº 158/2006 (Regimento Interno da Casa), alterados pela Resolução nº 208/2013, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO/PB,
com fulcro no art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;
Faz saber que o Plenário na Sessão Extraordinária do dia 23 de dezembro de 2013, aprovou, e ele promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º O §§ 1 e 2º do art. 114 da Resolução nº 158, de 15 de março de 2006, (Regimento Interno da Casa), alterado pela Resolução nº 208, de 25 de novembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 114. [...]

§ 1º O requerimento somente poderá ser submetido à deliberação do Plenário se for apresentado, por escrito, e subscrito pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º O “quorum” para aprovação do requerimento de urgência urgentíssima é de maioria absoluta.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO, ESTADO DA PARAÍBA, “Casa Luiz de Oliveira Lima”, em 24 de dezembro de 2013.

Ver. LUCAS SANTINO DA SILVA
Presidente



PUBLICAÇÃO
AFIXAÇÃO
Câmara Municipal de Cabedelo/PB
(§ 1º do art. 87 da LOB)
Dia 20/12/2013
VISTO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 507, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede o Título de Cidadão Cabedeloense ao Sr. Josimar de Oliveira Cardoso, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO/PB,
com fulcro no art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;
Faz saber que o Plenário na Sessão Ordinária do dia 19 de dezembro de 2013, aprovou, e ele PROMULGA o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

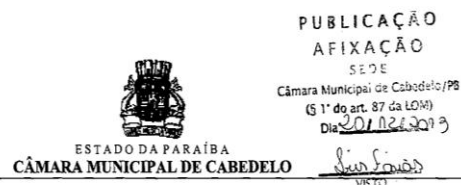
Art. 1º Fica concedido o “Título de Cidadão Cabedeloense” ao Sr. Josimar Oliveira Cardoso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO, ESTADO DA PARAÍBA, “Casa Luiz de Oliveira Lima”, em 20 de dezembro de 2013.

Ver. LUCAS SANTINO DA SILVA
Presidente

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 508, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.**

Concede o Título de Cidadão Cabedeloense ao Capitão dos Portos da Paraíba, Capitão-de-Corveta Wagner Guedes Abrantes, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO/PB,
com fulcro no art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;
Faz saber que o Plenário na Sessão Ordinária do dia 19 de dezembro de 2013, aprovou, e ele PROMULGA o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

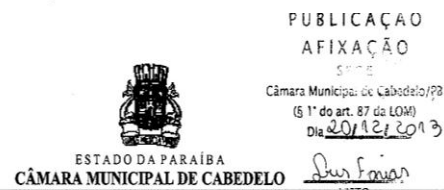
Art. 1º Fica concedido o “Título de Cidadão Cabedeloense” ao Capitão dos Portos da Paraíba, Capitão-de-Corveta Wagner Guedes Abrantes.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO, ESTADO DA PARAÍBA, “Casa Luiz de Oliveira Lima”, em 20 de dezembro de 2013.

Ver. LUCAS SANTINO DA SILVA
Presidente

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 509, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.**

Concede o Título de Cidadão Cabedeloense ao Comandante da 6ª Companhia Independente de Polícia Militar, Major Pablo Nascimento da Cunha, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO/PB,
com fulcro no art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;
Faz saber que o Plenário na Sessão Ordinária do dia 19 de dezembro de 2013, aprovou, e ele PROMULGA o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

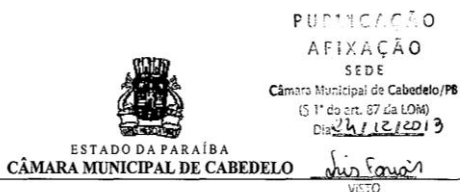
Art. 1º Fica concedido o “Título de Cidadão Cabedeloense” ao Comandante da 6ª Companhia Independente de Polícia Militar, Major Pablo Nascimento da Cunha.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO, ESTADO DA PARAÍBA, “Casa Luiz de Oliveira Lima”, em 20 de dezembro de 2013.

Ver. LUCAS SANTINO DA SILVA
Presidente



DECRETO LEGISLATIVO Nº 510, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede o Título de Cidadão Cabedense ao Vice-Governador da Paraíba Rômulo José de Gouveia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDEL/PB, com fulcro no art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;
Faz saber que o Plenário na Sessão Extraordinária do dia 23 de dezembro de 2013, aprovou, e ele **PROMULGA** o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

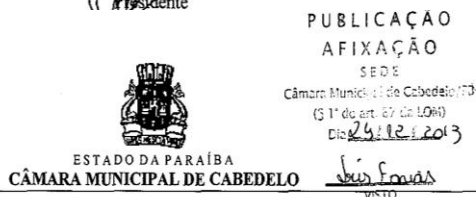
Art. 1º Fica concedido o "Título de Cidadão Cabedense" ao Vice-Governador da Paraíba Rômulo José de Gouveia, pelos relevantes serviços prestados ao Município.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDEL, ESTADO DA PARAÍBA, "Casa Luiz de Oliveira Lima", em 24 de dezembro de 2013.

Ver. **LUCAS SANTINO DA SILVA**
Presidente



DECRETO LEGISLATIVO Nº 511, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova o pedido do Processo PL nº 013/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/002590-3, de interesse da Distribuidora Farmacêutica Paraíba Ltda., e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDEL/PB, com fulcro no art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

Faz saber que o Plenário na Sessão Extraordinária do dia 23 de dezembro do corrente ano, apreciou o processo epígráfico, e ele, externando a decisão da Casa, nos termos regimentais, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica **aprovado** o pedido de "certidão de uso e ocupação do solo", solicitado pela Distribuidora Farmacêutica Paraíba Ltda., objeto do **Processo PL nº 013/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/002590-3**, originário da Prefeitura Municipal de Cabedelo - Secretaria de Planejamento, em convergência com o Parecer do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - CMPDU, nos termos da Lei Complementar nº 40, de 09 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDEL, ESTADO DA PARAÍBA, "Casa Luiz de Oliveira Lima", em 24 de dezembro de 2013.

Ver. **LUCAS SANTINO DA SILVA**
Presidente



DECRETO LEGISLATIVO Nº 512, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova o pedido do Processo PL nº 017/2013 - PMC/SEPLAN nº 2012/005170-7, de interesse da São Braz Empreendimentos Imobiliários Ltda., e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDEL/PB, com fulcro no art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

Faz saber que o Plenário na Sessão Extraordinária do dia 23 de dezembro do corrente ano, apreciou o processo epígráfico, e ele, externando a decisão da Casa, nos termos regimentais, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

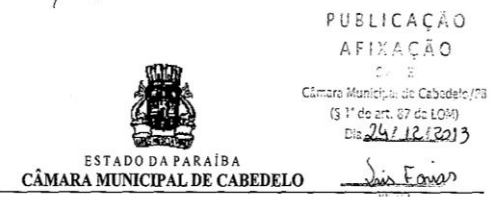
Art. 1º Fica **aprovado** o pedido de "regularização de obra", solicitado pela São Braz Empreendimentos Imobiliários Ltda., objeto do **Processo PL nº 017/2013 - PMC/SEPLAN nº 2012/005170-7**, originário da Prefeitura Municipal de Cabedelo - Secretaria de Planejamento, em convergência com o Parecer do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - CMPDU, nos termos da Lei Complementar nº 40, de 09 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDEL, ESTADO DA PARAÍBA, "Casa Luiz de Oliveira Lima", em 24 de dezembro de 2013.

Ver. **LUCAS SANTINO DA SILVA**
Presidente



DECRETO LEGISLATIVO Nº 513, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova o pedido do Processo PL nº 018/2013 - PMC/SEPLAN nº 2012/005171-5, de interesse da São Braz Empreendimentos Imobiliários Ltda., e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDEL/PB, com fulcro no art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

Faz saber que o Plenário na Sessão Extraordinária do dia 23 de dezembro do corrente ano, apreciou o processo epígráfico, e ele, externando a decisão da Casa, nos termos regimentais, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica **aprovado** o pedido de "regularização de obra", solicitado pela São Braz Empreendimentos Imobiliários Ltda., objeto do **Processo PL nº 018/2013 - PMC/SEPLAN nº 2012/005171-5**, originário da Prefeitura Municipal de Cabedelo - Secretaria de Planejamento, em convergência com o Parecer do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - CMPDU, nos termos da Lei Complementar nº 40, de 09 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDEL, ESTADO DA PARAÍBA, "Casa Luiz de Oliveira Lima", em 24 de dezembro de 2013.

Ver. **LUCAS SANTINO DA SILVA**
Presidente

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 514, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013**

Aprova o pedido do Processo PL nº 027/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/002642-0, de interesse da COIMPA Construtora e Ind. de Pré-Moldados PB Ltda., e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO/PB, com fulcro no art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

Faz saber que o Plenário na Sessão Extraordinária do dia 23 de dezembro do corrente ano, apreciou o processo epigrafoado, e ele, externando a decisão da Casa, nos termos regimentais, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

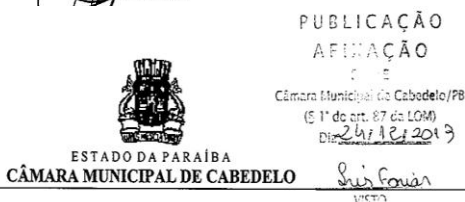
Art. 1º Fica aprovado o pedido de "regularização de obras", solicitado pela COIMPA - Construtora e Ind. de Pré-Moldados PB Ltda., objeto do Processo PL nº 027/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/002642-0, originário da Prefeitura Municipal de Cabedelo - Secretaria de Planejamento, em convergência com o Parecer do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - CMPDU, nos termos da Lei Complementar nº 40, de 09 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO, ESTADO DA PARAÍBA, "Casa Luiz de Oliveira Lima", em 24 de dezembro de 2013.

Ver. LUCAS SANTINO DA SILVA
Presidente

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 515, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013**

Aprova o pedido do Processo PL nº 042/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/003730-8, de interesse do Sr. Ilário Moriena, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO/PB, com fulcro no art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

Faz saber que o Plenário na Sessão Extraordinária do dia 23 de dezembro do corrente ano, apreciou o processo epigrafoado, e ele, externando a decisão da Casa, nos termos regimentais, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

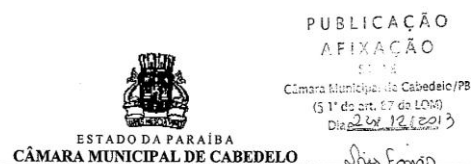
Art. 1º Fica aprovado o pedido de "regularização de obras", solicitado pelo Sr. Ilário Moriena, objeto do Processo PL nº 042/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/003730-8, originário da Prefeitura Municipal de Cabedelo - Secretaria de Planejamento, em convergência com o Parecer do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - CMPDU, nos termos da Lei Complementar nº 40, de 09 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO, ESTADO DA PARAÍBA, "Casa Luiz de Oliveira Lima", em 24 de dezembro de 2013.

Ver. LUCAS SANTINO DA SILVA
Presidente

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 516, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013**

Aprova o pedido do Processo PL nº 047/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/002335-8, de interesse da Sra. Maria Zélia Mesquita de Carvalho, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO/PB, com fulcro no art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

Faz saber que o Plenário na Sessão Extraordinária do dia 23 de dezembro do corrente ano, apreciou o processo epigrafoado, e ele, externando a decisão da Casa, nos termos regimentais, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

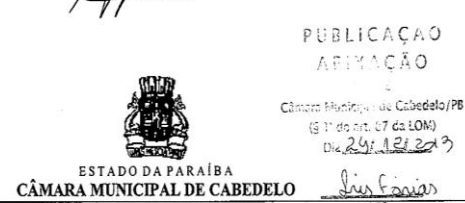
Art. 1º Fica aprovado o pedido de "certidão de uso e ocupação do solo", solicitado pela Sra. Maria Zélia Mesquita de Carvalho, objeto do Processo PL nº 047/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/002335-8, originário da Prefeitura Municipal de Cabedelo - Secretaria de Planejamento, em convergência com o Parecer do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - CMPDU, nos termos da Lei Complementar nº 40, de 09 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO, ESTADO DA PARAÍBA, "Casa Luiz de Oliveira Lima", em 24 de dezembro de 2013.

Ver. LUCAS SANTINO DA SILVA
Presidente

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 517, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013**

Aprova o pedido do Processo PL nº 048/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/003796-0, de interesse do Sr. João Batista Pereira Neto, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO/PB, com fulcro no art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

Faz saber que o Plenário na Sessão Extraordinária do dia 23 de dezembro do corrente ano, apreciou o processo epigrafoado, e ele, externando a decisão da Casa, nos termos regimentais, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

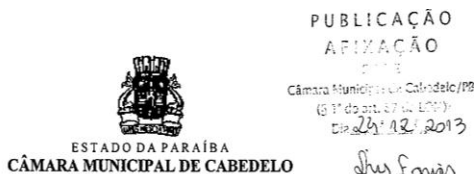
Art. 1º Fica aprovado o pedido de "alvará de construção multifamiliar", solicitado pelo Sr. João Batista Pereira Neto, objeto do Processo PL nº 048/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/003796-0, originário da Prefeitura Municipal de Cabedelo - Secretaria de Planejamento, em convergência com o Parecer do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - CMPDU, nos termos da Lei Complementar nº 40, de 09 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO, ESTADO DA PARAÍBA, "Casa Luiz de Oliveira Lima", em 24 de dezembro de 2013.

Ver. LUCAS SANTINO DA SILVA
Presidente



DECRETO LEGISLATIVO Nº 518, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova o pedido do Processo PL nº 050/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/004533-5, de interesse da RR Participações e Administração Ltda., e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO/PB, com fulcro no art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

Faz saber que o Plenário na Sessão Extraordinária do dia 23 de dezembro do corrente ano, apreciou o processo epígrafado, e ele, externando a decisão da Casa, nos termos regimentais, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

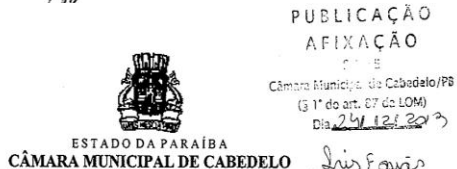
Art. 1º Fica aprovado o pedido de "certidão de uso e ocupação do solo", solicitado por RR Participações e Administração Ltda., objeto do Processo PL nº 050/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/004533-5, originário da Prefeitura Municipal de Cabedelo - Secretaria de Planejamento, em convergência com o Parecer do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - CMPDU, nos termos da Lei Complementar nº 40, de 09 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO, ESTADO DA PARAÍBA, "Casa Luiz de Oliveira Lima", em 24 de dezembro de 2013.

Ver. LUCAS SANTINO DA SILVA
Presidente



DECRETO LEGISLATIVO Nº 519, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova o pedido do Processo PL nº 054/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/004534-3, de interesse da RR Participações e Administração Ltda., e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO/PB, com fulcro no art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

Faz saber que o Plenário na Sessão Extraordinária do dia 23 de dezembro do corrente ano, apreciou o processo epígrafado, e ele, externando a decisão da Casa, nos termos regimentais, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica aprovado o pedido de "certidão de uso e ocupação do solo", solicitado por RR Participações e Administração Ltda., objeto do Processo PL nº 054/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/004534-3, originário da Prefeitura Municipal de Cabedelo - Secretaria de Planejamento, em convergência com o Parecer do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - CMPDU, nos termos da Lei Complementar nº 40, de 09 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO, ESTADO DA PARAÍBA, "Casa Luiz de Oliveira Lima", em 24 de dezembro de 2013.

Ver. LUCAS SANTINO DA SILVA
Presidente



DECRETO LEGISLATIVO Nº 520, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova o pedido do Processo PL nº 056/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/004430-4, de interesse do Sr. Admilton Barbosa Monteiro S/M, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO/PB, com fulcro no art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

Faz saber que o Plenário na Sessão Extraordinária do dia 23 de dezembro do corrente ano, apreciou o processo epígrafado, e ele, externando a decisão da Casa, nos termos regimentais, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

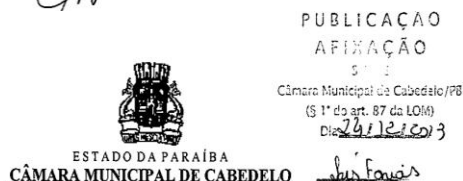
Art. 1º Fica aprovado o pedido de "regularização de obra", solicitado pelo Sr. Admilton Barbosa Monteiro S/M, objeto do Processo PL nº 056/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/004430-4, originário da Prefeitura Municipal de Cabedelo - Secretaria de Planejamento, em convergência com o Parecer do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - CMPDU, nos termos da Lei Complementar nº 40, de 09 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO, ESTADO DA PARAÍBA, "Casa Luiz de Oliveira Lima", em 24 de dezembro de 2013.

Ver. LUCAS SANTINO DA SILVA
Presidente



DECRETO LEGISLATIVO Nº 521, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova o pedido do Processo PL nº 058/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/005075-4, de interesse da TNL PCS S/A, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO/PB, com fulcro no art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

Faz saber que o Plenário na Sessão Extraordinária do dia 23 de dezembro do corrente ano, apreciou o processo epígrafado, e ele, externando a decisão da Casa, nos termos regimentais, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica aprovado o pedido de "certidão de uso e ocupação do solo", solicitado por TNL PCS S/A, objeto do Processo PL nº 058/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/005075-4, originário da Prefeitura Municipal de Cabedelo - Secretaria de Planejamento, em convergência com o Parecer do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - CMPDU, nos termos da Lei Complementar nº 40, de 09 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO, ESTADO DA PARAÍBA, "Casa Luiz de Oliveira Lima", em 24 de dezembro de 2013.

Ver. LUCAS SANTINO DA SILVA
Presidente



DECRETO LEGISLATIVO Nº 522, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova o pedido do Processo PL nº 059/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/005076-2, de interesse da TNL PCS S/A, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO/PB, com fulcro no art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

Faz saber que o Plenário na Sessão Extraordinária do dia 23 de dezembro do corrente ano, aprouve o processo epígráfico, e ele, externando a decisão da Casa, nos termos regimentais, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica aprovado o pedido de "certidão de uso e ocupação do solo", solicitado por TNL PCS S/A, objeto do Processo PL nº 059/2013 - PMC/SEPLAN nº 2013/005076-2, originário da Prefeitura Municipal de Cabedelo - Secretaria de Planejamento, em convergência com o Parecer do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - CMPDU, nos termos da Lei Complementar nº 40, de 09 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO, ESTADO DA PARAÍBA, "Casa Luiz de Oliveira Lima", em 24 de dezembro de 2013.

Ver. LUCAS SANTINO DA SILVA
Presidente



PORTARIA Nº 0151/2013 - GS/SEREC 22 de novembro de 2013

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE EMISSÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS, CERTIDÃO DESCRITIVA E CERTIDÃO DE BAIXA.

O SECRETÁRIO DE RECEITA MUNICIPAL, no uso das atribuições que são conferidas por lei, e, considerando a vacância dos cargos comissionados promovida pela Portaria nº 2787/13, de 21 de novembro de 2013 da lavra do Prefeito Municipal, e considerando a necessidade de dar continuidade aos atos e serviços públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora Maria das Graças F. Bernardo, matrícula nº 1.388-9, para executar as funções de emissão de Certidão Negativa de Débitos, Certidão Descritiva, e Certidão de Baixa de Inscrição, nos termos dos artigos 156, 157 e 90-A da Lei Complementar nº 02/97.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

José Mário Soares Madruga
Secretário de Receita Municipal



PORTARIA Nº 153/2013 - GS/SEREC 26 de dezembro 2013.

O SECRETÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, no uso das atribuições legais,

Considerando a não regularização do estabelecimento após suspensão da atividade determinada pela Portaria nº 135/2013 - GS/SEREC, de 09 de outubro de 2013;

Considerando parecer da fiscalização que mediante verificação in loco constatou a inexistência de unidade econômica ou administrativa no local onde foi concedida anteriormente licença para funcionamento, e

com fulcro no artigo 107, inciso III, parágrafos 1º, 2º e 3º, c/c o artigo 90, parágrafos 6º e 7º, da Lei Complementar nº 02/97, de 30 de dezembro de 1997, e Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal - STF,

RESOLVE:

Art. 1º. - Determinar o cancelamento da Licença para Localização e Funcionamento, concedido a empresa **EXA ENGENHARIA LTDA**, inscrição municipal nº. 002.766-9, portadora do CNPJ nº. 07.870.719/0001-22, com endereço situado à Rua Projetada XIV - nº. 495 - Lote D - Quadra G - Loteamento Recanto do Pogo - Cabedelo-PB, destinado ao funcionamento da atividade de **Construção de Edifícios**, vez que não foi verificado no endereço indicado nos atos constitutivos qualquer unidade econômica, estrutura administrativa ou operacional das atividades vinculadas ao alvará e sob a responsabilidade da pessoa jurídica supra. No mais, a Coordenadoria de Expedição de Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, revendo os assentamentos do Cadastro Mercantil da Secretaria da Receita Municipal de Cabedelo - SEREC, constatou a existência do mesmo endereço acima citado, de outras pessoas jurídicas com atividades distintas, quais sejam as empresas **BERNARDES & CHAVES LTDA - ME**, inscrição municipal nº. 004.429-5, portadora do CNPJ nº. 13.386.615/0001-40; **BONE - IND. DE BORRACHAS LONADAS E SINTÉTICAS LTDA**, inscrição municipal nº. 003.652-8, portadora do CNPJ nº. 12.614.121/0001-02; e **MANTER - MANUTENÇÃO CLIMATIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, inscrição municipal nº. 001.469-9, portadora do CNPJ nº. 02.718.049/0001-00.

Art. 2º. - O descumprimento da Presente Portaria, acarretará ao infrator em sanções cabíveis por parte da Fazenda Pública Municipal no que tange a contrariar a legislação municipal vigente e o interesse público.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor nesta data sem prejuízo de sua publicação.

José Mário Soares Madruga
Secretário da Receita Municipal - SEREC



PORTARIA Nº 154/2013 - GS/SEREC 26 de dezembro 2013.

O SECRETÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, no uso das atribuições legais,

Considerando a não regularização do estabelecimento após suspensão da atividade determinada pela Portaria nº 134/2013 - GS/SEREC, de 09 de outubro de 2013;

Considerando parecer da fiscalização que mediante verificação in loco constatou a inexistência de unidade econômica ou administrativa no local onde foi concedida anteriormente licença para funcionamento, e

com fulcro no artigo 107, inciso III, parágrafos 1º, 2º e 3º, c/c o artigo 90, parágrafos 6º e 7º, da Lei Complementar nº 02/97, de 30 de dezembro de 1997, e Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal - STF,

RESOLVE:

Art. 1º. - Determinar o cancelamento da Licença para Localização e Funcionamento, concedido a empresa **BONE - IND. DE BORRACHAS LONADAS E SINTÉTICAS LTDA**, inscrição municipal nº. 003.652-8, portadora do CNPJ nº. 12.614.121/0001-02, com endereço situado à Rua Projetada XIV - nº. 495 - Lote D - Quadra G - Loteamento Recanto do Pogo - Cabedelo-PB, destinado ao funcionamento na atividade de **Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente**, vez que não foi verificado no endereço indicado nos atos constitutivos qualquer unidade econômica, estrutura administrativa ou operacional das atividades vinculadas ao alvará e sob a responsabilidade da pessoa jurídica supra. No mais, a Coordenadoria de Expedição de Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, revendo os assentamentos do Cadastro Mercantil da Secretaria da Receita Municipal de Cabedelo - SEREC, constatou a existência do mesmo endereço acima citado, de outras pessoas jurídicas com atividades distintas, quais sejam as empresas **BERNARDES & CHAVES LTDA - ME**, inscrição municipal nº. 004.429-5, portadora do CNPJ nº. 13.386.615/0001-40; **EXA ENGENHARIA LTDA**, inscrição municipal nº. 002.766-9, portadora do CNPJ nº. 07.870.719/0001-22; e **MANTER - MANUTENÇÃO CLIMATIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, inscrição municipal nº. 001.469-9, portadora do CNPJ nº. 02.718.049/0001-00.

Art. 2º. - O descumprimento da Presente Portaria, acarretará ao infrator em sanções cabíveis por parte da Fazenda Pública Municipal no que tange a contrariar a legislação municipal vigente e o interesse público.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor nesta data sem prejuízo de sua publicação.

José Mário Soares Madruga
Secretário da Receita Municipal - SEREC



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL - SEREC
Rua. Heitor Gusmão, nº. 21, Centro, Cabedelo-PB.
CEP. 58310-000

PORTARIA N.º 155/2013 - GS/SEREC 26 de dezembro 2013.

O SECRETÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, no uso das atribuições legais,

Considerando a não regularização do estabelecimento após suspensão da atividade determinada pela Portaria nº 136/2013 - GS/SEREC, de 09 de outubro de 2013;

Considerando parecer da fiscalização que mediante verificação in loco constatou a inexistência de unidade econômica ou administrativa no local onde foi concedida anteriormente licença para funcionamento, e

com fulcro no artigo 107, Inciso III, parágrafos 1º, 2º, e 3º, c/c o artigo 90, parágrafos 6º, e 7º, da Lei Complementar nº 02/97, de 30 de dezembro de 1997, e Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal - STF,

RESOLVE:

Art. 1º. - Determinar o cancelamento da Licença para Localização e Funcionamento, concedido a empresa **MANTER - MANUTENÇÃO CLIMATIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, inscrição municipal nº. 001.469-9, portadora do CNPJ Nº. 02.718.049/0001-00, com endereço situado à Rua Projetada XIV - nº. 495 - Lote D - Quadra G - Loteamento Recanto do Poço - Cabedelo-PB, destinado ao funcionamento na atividade de **Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial**, vez que não foi verificado no endereço indicado nos atos constitutivos qualquer unidade econômica, estrutura administrativa ou operacional das atividades vinculadas ao alvará e sob a responsabilidade da pessoa jurídica supra. No mais, a Coordenadoria de Expedição de Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, revendo os assentamentos do Cadastro Mercantil da Secretaria da Receita Municipal de Cabedelo - SEREC, constatou a existência do mesmo endereço acima citado, de outras pessoas jurídicas com atividades distintas, quais sejam as empresas **BERNARDES & CHAVES LTDA - ME**, inscrição municipal nº. 004.429-5, portadora do CNPJ Nº. 13.386.615/0001-40; **BONE - IND. DE BORRACHAS LONADAS E SINTÉTICAS LTDA**, inscrição municipal nº. 003.652-8, portadora do CNPJ Nº. 12.614.121/0001-02; e **EXA ENGENHARIA LTDA**, inscrição municipal nº. 002.766-9, portador do CNPJ nº. 07.870.719/0001-22;

Art. 2º. - O descumprimento da Presente Portaria, acarretará ao infrator em sanções cabíveis por parte da Fazenda Pública Municipal no que tange a contrariar a legislação municipal vigente e o interesse público.

Art. 3º. - Esta Portaria entre em vigor nesta data sem prejuízo de sua publicação.

José Mário Soares Madruga
Secretário da Receita Municipal - SEREC



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL - SEREC
Rua. Heitor Gusmão, nº. 21, Centro, Cabedelo-PB.
CEP. 58310-000

PORTARIA N.º 0156/2013 - GS/SEREC 30 de dezembro de 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA INÍCIO DA OBRIGATORIEDADE DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-SE - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL DE CABEDELLO, no uso das atribuições legais, e com fulcro no artigo 87, do Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 02/97, de 30 de dezembro de 1997, e considerando o disposto no parágrafo único, do artigo 1º, do Decreto nº. 54, de 23 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado para 01 de fevereiro de 2014 o início do período obrigatório para utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, previsto no inciso III do art. 1º da Portaria nº 0129/2013 GS/SEREC, de 02 de outubro de 2013.

Parágrafo único - Os contribuintes do ISS que utilizarem sistema próprio para emissão da NFS-e fornecido por empresa terceirizada poderão solicitar dilação do prazo previsto no caput, para adaptação ao layout do sistema utilizado pela prefeitura, comprovado mediante contrato, não podendo este ser superior a 90 dias, contados do início da obrigatoriedade normal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, sem prejuízo de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

José Mário Soares Madruga
Secretário da Receita Municipal



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 66

De 26 de Dezembro de 2013.

REVOGA A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DOS LOTES DISCRIMINADOS ABAIXO CONSTANTES DO DECRETO 17/13, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO (PB), no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada a declaração de utilidade pública dos lotes 21 e 22 da Quadra 25C de propriedade do Sr. LUIZ MANOEL DOS SANTOS, constante do Decreto nº 17, de 20 de Março de 2013.

Art. 2º - A Procuradoria Geral do Município está autorizada a promover todos os atos legais necessários à efetivação da revogação prevista neste decreto.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 26 de Dezembro de 2013, 191ª da Independência, 124ª da República e 57ª da Emancipação Política Cabedellense.

WELLINGTON VIANA FRANÇA
Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 67

De 31 de Dezembro de 2013.

ESTABELECE NORMAS PARA EMISSÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DAS EMBARCAÇÕES DE TURISMO QUE OPERAM COM TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NA ORLA MARÍTIMA E FLUVIAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, § 8º, inciso II, da Constituição do Estado e nos Arts. 73, Inciso IV da Lei Orgânica do Município de Cabedelo, e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 7.661/88 e no Decreto nº 5.300/04,

DECRETA:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Este Decreto define normas gerais de licenciamento de atividades de comércio, serviços de transporte de passageiros em embarcações turísticas na Orla Marítima e Fluvial do Município de Cabedelo, através da concessão de Alvará de Funcionamento.

CAPÍTULO II

DO LICENCIAMENTO DA ATIVIDADE

Art. 2º Além dos requisitos exigidos para as empresas em geral, a concessão de Alvará de Funcionamento da atividade de transporte de passageiros em embarcações de turismo fica subordinada a:

I – Autorização da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, onde o titular da empresa deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Requerimento devidamente preenchido;
- b) Ser maior de 18 anos;
- c) Cópias do RG, CPF, Título Eleitoral;
- d) Cópia do CNPJ;
- e) Comprovante de residência atualizado;
- f) Registro da embarcação devidamente autorizada para transporte de passageiros pela Autoridade Marítima e seguro obrigatório atualizado;
- g) Cópia da habilitação do condutor da embarcação, devidamente regulamentada para a atividade pela Marinha do Brasil;
- h) Documentação da tripulação da embarcação (RG, CPF, Título Eleitoral e comprovante de residência atualizado).

II – Autorização da Secretaria Municipal de Turismo;

III – Autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, através dos seguintes documentos:

- a) Declaração de correto acondicionamento dos resíduos produzidos na embarcação;
- b) Disposição na embarcação de lixeiras com tampas, devidamente sinalizadas;
- c) Para as embarcações com banheiro, declaração de destinação correta dos resíduos do esgotamento sanitário.

IV – Apresentação do Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária do Município;

V – Autorização da Receita Municipal, através da seguinte documentação:

- a) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- b) Contrato social (sociedade) ou declaração de firma individual.

Art. 3º Para efeito de tramitação junto à administração municipal, o contribuinte deverá inicialmente solicitar o Alvará Sanitário junto a Vigilância Sanitária do Município, para em seguida dar entrada junto a Secretaria de Mobilidade Urbana com toda a documentação solicitada nos incisos I, III e V, do art. 2º, a qual após abertura de processo e análise da documentação fará a distribuição do mesmo para as demais Secretarias.

Parágrafo Único. Poderá ser solicitado, por parte das Secretarias envolvidas, sempre que houver necessidade, novos documentos para complementação do processo.

Art. 4º Para efeito de fiscalização o proprietário da embarcação licenciada colocará o Alvará de Funcionamento em lugar visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir.

Parágrafo Único. Além da exibição do Alvará de Funcionamento, deverão também estar expostos na embarcação os telefones da Capitania dos Portos da Paraíba, Procon Municipal e Vigilância Sanitária.

**CAPÍTULO III
DAS PENALIDADES**

Art. 5º Além das hipóteses previstas na legislação municipal, aplicáveis às atividades em geral, o Alvará de Funcionamento das embarcações com atividade de transporte de passageiros em embarcações de turismo poderá ser cassado:

- I** – quando houver modificação da atividade requerida;
- II** – como medida preventiva, a bem da higiene pública, segurança de tráfego aquaviário e meio ambiente;
- III** – se o licenciado se negar a exibir o Alvará de Funcionamento a autoridade competente.

§ 1º Cassado o Alvará de Funcionamento da embarcação, a mesma ficará impedida de realizar transporte de passageiros.

§ 2º Será também impedida de realizar o transporte de passageiros a embarcação que se encontrar em atividade sem o Alvará de Funcionamento, ou com Alvará de Funcionamento vencido.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, a pessoa física ou jurídica estará sujeita à multa prevista no art. 94, VII, “a” e “b” da Lei Complementar nº 02, de 30 de dezembro de 1997.

**CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 6º O Município de Cabedelo firmará acordo de cooperação com Capitania dos Portos da Paraíba, Corpo de Bombeiros e outras instituições a fim de intensificar a fiscalização e o cumprimento deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto Municipal nº 17 de 16 de maio de 2012 e o Decreto Municipal nº 24 de 20 de junho de 2012.


WELLINGTON VIANA FRANÇA
Prefeito Constitucional



**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO**

Decreto nº 68

De 31 de Dezembro de 2013.


REVOGA O DECRETO Nº 41, DE 30 DE JULHO DE 2013, QUE TRATA DA COMISSÃO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS – CRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, § 8º, inciso II, da Constituição do Estado e nos Arts. 73, Inciso IV da Lei Orgânica do Município de Cabedelo, e,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 41, de 30 de julho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.


WELLINGTON VIANA FRANÇA
Prefeito Constitucional



Lei nº 1.683

De 31 de Dezembro de 2013.

DETERMINA A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS ATRAVÉS DA INTERNET, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO (PB):

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Torna-se obrigatória no âmbito da Administração Municipal de Cabedelo, a implantação de Sistema Eletrônico de Acompanhamento de Processos Administrativos com publicação completa de trâmites pela internet.

Art. 2º O referido sistema de acompanhamento deverá tornar acessíveis todas as informações relativas aos processos que tramitem perante quaisquer entidades, órgãos ou autoridades da administração direta, indireta e do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único. Dentre as informações disponibilizadas sobre cada processo administrativo cadastrado no referido sistema, são estritamente indispensáveis:

- I - localização do processo e data de entrada em cada setor, diretoria, superintendência, órgão ou autoridade congênere;
- II - situação jurídico-processual;
- III - prazo para despacho no local onde se encontrar;
- IV - histórico completo do processo, com demonstrativo de todas as informações a ele relacionadas, desde seu protocolo inicial.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal regulamentará o funcionamento do sistema, garantindo o atendimento aos princípios administrativos trazidos pelo art. 37, da Constituição Federal e à segurança jurídica nos processos administrativos municipais.

Art. 4º O sistema em epígrafe deverá encontrar-se em pleno funcionamento no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de publicação desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se todas as disposições em contrário.



Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 31 de Dezembro de 2013, 191º da Independência, 124º da República e 57º da Emancipação Política Cabedelense.

WELLINGTON VIANA FRANÇA
Prefeito Constitucional



Lei nº 1.684

De 31 de Dezembro de 2013.

TORNA OBRIGATÓRIA A INSTALAÇÃO DE PORTA DE SEGURANÇA NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO (PB):

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º É obrigatório, nas agências e postos de serviços bancários, a instalação de porta giratória eletrônica de segurança individualizada, em todos os acessos destinados ao público.

Parágrafo único. A porta a que se refere este artigo deverá, entre outras, obedecer as seguintes características técnicas:

- a) possuir detector de metais;
- b) travamento e retorno automáticos;
- c) abertura ou janela para entrega ao vigilante, do metal detectado;
- d) vidro laminado e resistente ao impacto de projéteis oriundo de arma de fogo, até calibre 45.

Art. 2º Os estabelecimentos bancários terão um prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta Lei, para instalação dos equipamentos exigidos no art. 1º.

Art. 3º O estabelecimento bancário que, após o prazo estabelecido no artigo anterior, infringir o disposto nesta Lei, ficará sujeito às seguintes penalidades, na ordem correspondente:

- I - Advertência: no caso de não cumprimento do artigo anterior o Banco deverá ser advertido para regularizar a sua situação no prazo de 10 (dez) dias;
- II - Multas: após aplicado a pena da advertência e ultrapassado o prazo do inciso anterior sem o cumprimento do estabelecido nesta Lei, será aplicada multa de 1000 (mil) UFMs - Unidade Fiscal do Município de Cabedelo (PB);
- III - Interdição: dar-se-á a interdição do estabelecimento que, após 30 (trinta) dias da aplicação das penalidades de advertência a multa, não cumprir o disposto no art. 1º desta Lei, sendo mantida a interdição até a devida instalação da referida porta giratória de segurança individualizada.

Art. 4º O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários poderá representar Junto à Prefeitura Municipal contra os infratores desta Lei.



Art. 5º Os casos omissos nesta Lei poderão ser regulamentados por Decreto pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 31 de Dezembro de 2013, 191º da Independência, 124º da República e 57º da Emancipação Política Cabedelense.

WELLINGTON VIANA FRANÇA
Prefeito Constitucional

Lei nº 1.685

De 31 de Dezembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DE MULTA AO CIDADÃO QUE FOR FLAGRADO JOGANDO LIXO NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS FORA DOS EQUIPAMENTOS DESTINADOS PARA ESTE FIM, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO (PB):

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Será multado na forma da Lei, todo cidadão que for flagrado jogando qualquer tipo de lixo fora dos equipamentos destinados para este fim nos logradouros públicos do Município de Cabedelo (PB).

Art. 2º As penalidades previstas nesta Lei serão estabelecidas através de auto de infração lavrado contra o infrator, contendo as seguintes informações:

- I - local, data e hora da lavratura;
- II - qualificação do autuado;
- III - a descrição do fato constitutivo da infração;
- IV - o dispositivo legal infringido;
- V - a identificação do agente autuante, contendo sua assinatura, cargo ou função e o número da matrícula;
- VI - a assinatura do autuado.

Art. 3º O agente responsável pela autuação poderá solicitar, sempre que necessário, auxílio de força policial quando o infrator dificultar o cumprimento dos itens II e VI do art. 2º desta Lei.

Art. 4º Os infratores desta Lei, serão penalizados com multa de R\$ 100,00 (cem reais) a cada infração cometida.

§ 1º Os recursos financeiros, provenientes da arrecadação com as multas aplicadas, serão destinados ao pagamento dos gastos com a limpeza urbana do Município.

§ 2º O valor da multa constante deste artigo será corrigido, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial - IPCA-E ou por outro índice que por ventura venha substituí-lo.

Art. 5º O Poder Executivo adotará todas as medidas necessárias para regulamentar a presente Lei, designando os órgãos responsáveis pela fiscalização e sua execução.



Parágrafo único. Entre as ações de regulamentação deverá haver a criação de um cadastro interno de controle das multas aplicadas e suas reincidências, observando os procedimentos previstos nesta Lei.

Art. 6º Os casos omissos à presente Lei poderão ser regulamentados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 7º Para o conhecimento desta Norma Legal e conscientização da população o Poder Executivo veiculará campanha publicitária necessária, nos termos da legislação vigente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 31 de Dezembro de 2013, 191º da Independência, 124º da República e 57º da Emancipação Política Cabedelense.

WELLINGTON VIANA FRANÇA
Prefeito Constitucional



Lei nº 1.686

De 31 de Dezembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA DOS ATOS E INFORMAÇÕES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO (PB):

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Ficam os órgãos municipais da Administração Direta ou Indireta, Organizações Não-Governamentais - ONG, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, Associações Comunitárias, Instituições de Sociedade Civil de Direito Privado, Instituições de Sociedade Mista, Instituições Filantrópicas, Fundações no âmbito do Município de Cabedelo, obrigadas a disponibilizarem em suas páginas na rede mundial de computadores (internet), espaço denominado Portal da Transparência, destinado a dar publicidade aos atos oficiais e informações de interesse público, inclusive prestação de contas mensais, assegurando aos cidadãos o acompanhamento e a fiscalização das ações dos agentes e gestores.

Parágrafo único. Os gestores responsáveis pelos órgãos, entidades, organizações, fundações e instituições, de que trata este artigo indicarão os responsáveis pela inserção dos atos e informações no portal da transparência disponibilizando o nome e o endereço eletrônico para contato.

Art. 2º Os dados e informações disponibilizados no portal da transparência deverão ser veiculados por tempo indeterminado, permitindo que o cidadão possa acompanhar a evolução das receitas, despesas, programas e projetos.

Parágrafo único. No que se trata da Administração Pública Municipal, sem prejuízo da publicidade dos atos municipais nos termos da Lei Orgânica do Município, a Administração Municipal direta ou indireta, assegurará aos cidadãos através do Portal da Transparência:

- I - incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento municipal, do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;
- II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meio eletrônico de acesso público através do Portal da Transparência.



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

III - informações sobre contratações administrativas de bens, serviços e compras, contendo, a modalidade de licitação, dispensa e inexigibilidade, bem como prazos, e valores, e forma de pagamento, e o órgão responsável;

IV - esclarecimentos sobre proposições aprovadas pela Câmara Municipal e sua tramitação.

Art. 3º A interrupção temporária decorrente de problemas técnicos nos servidores, sistemas ou equipamentos próprios ou contratados pela Administração para o funcionamento do Portal da Transparência deverão ser comprovados por laudo assinado por profissional da área de informática e divulgado no portal da transparência até 24 horas após o restabelecimento do serviço.

§ 1º O disposto neste artigo também se aplica aos casos decorrentes de falta de energia elétrica, e outros que impeçam a veiculação da página ou site na rede da internet.

§ 2º Para que qualquer cidadão possa compreender as informações constantes no laudo, os termos técnicos utilizados para relatar o problema deverão constar no glossário do Portal da Transparência e também como anexo do referido laudo.

§ 3º O prazo para retorno das condições normais do serviço será de, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir da identificação do problema, salvo impedimentos determinados por motivos de força maior, devidamente detalhados conforme previsto no parágrafo anterior.

Art. 4º O Portal da Transparência deverá dispor de sistema de backup diário, assegurando a recuperação de dados em caso de problemas técnicos ou ataques de hackers.

Art. 5º Para permitir ao cidadão a localização de qualquer dado ou informação de interesse público, divulgada conforme o disposto nesta Lei, o Portal da Transparência deverá disponibilizar mecanismo eficiente de busca.

Art. 6º Para facilitar aos internautas a compreensão dos dados e informações disponíveis, o Portal da Transparência deverá conter glossário com a definição dos termos técnicos em linguagem popular.

Parágrafo único. Consideram-se termos técnicos, para efeitos desta Lei, as palavras ou expressões que não fazem parte do vocabulário coloquial dos cidadãos comuns, inclusive as de língua estrangeira.

Art. 7º Para auxiliar o cidadão na localização, compreensão e utilização dos dados e informações veiculados, o Portal da Transparência disponibilizar, as seguintes seções:

I - Manual de Navegação ou Mapa do site, apresentado em forma de tópicos toda a estrutura dos conteúdos disponíveis no Portal da Transparência;

II - Dúvidas Frequentes, apresentando respostas para as dúvidas mais comuns dos cidadãos em relação aos dados disponibilizados no Portal da Transparência;

III - Links Úteis: apresentando guia com nome, definição e hiperlink de sites de instituições e governos relacionados ao tema transparência, cidadania e controle de recursos públicos;



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

IV - Faiz Conosco, como canal interativo para solução de dúvidas e prestação de informações adicionais relacionadas ao tema transparência da administração pública municipal, sem prejuízo dos dados de publicação obrigatória previstos nesta Lei.

§ 1º As dúvidas suscitadas pelos usuários serão encaminhadas às autoridades competentes para resposta, observada a legislação municipal.

§ 2º Contra o servidor que negar, omitir, retardar ou adulterar dados e informações de interesse público ou prestar declarações falsas, será instaurado o competente processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 8º A execução dos serviços previstos nesta Lei não implicará aumento de despesa, devendo o Portal da Transparência ser implementado com os meios e materiais disponíveis e com o apoio dos servidores existentes nos quadros dos órgãos e entidades de que trata este artigo.

Parágrafo único. Os responsáveis pelos órgãos e entidades municipais de que trata esta Lei que não dispuserem de página ou site na internet solicitarão ao Chefe do poder Executivo Municipal a criação de espaço no Site da Prefeitura Municipal de Cabedelo, para a divulgação de seus atos e informações.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 31 de Dezembro de 2013. 191ª da Independência, 124ª da República e 57ª da Emancipação Política Cabedelense.

WELLINGTON VIANA FRANÇA
Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

Lei nº 1.687

De 31 de Dezembro de 2013.

PRIORIZA O ATENDIMENTO AO IDOSO NOS PROCEDIMENTOS DE SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO (PB):

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º O idoso terá prioridade absoluta nos procedimentos de atenção à saúde, prestados diretamente pelo Município e pelas entidades conveniadas, compreendendo:

- I - internação hospitalar;
- II - cirurgia;
- III - consultas médicas;
- IV - exames laboratoriais;
- V - resultados de exames laboratoriais;
- VI - atendimento ambulatorial;
- VII - prontos socorros.

Art. 2º Para efeito do cumprimento desta Lei, será considerada idosa, a pessoa com idade superior a 60 (sessenta) anos, conforme preconiza a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

Art. 3º O cumprimento desta Lei será fiscalizado pelo Conselho Municipal do Idoso, ligado a Secretaria Municipal de Trabalho, Ação Social e Mulher.

Parágrafo único. O Conselho Municipal do Idoso no Município no prazo de trinta dias providenciará a fixação de peça informativa em todas as unidades da rede municipal de saúde, com a inscrição "O IDOSO EM PRIMEIRO LUGAR", a contar da data da publicação da Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 31 de Dezembro de 2013. 191ª da Independência, 124ª da República e 57ª da Emancipação Política Cabedelense.

WELLINGTON VIANA FRANÇA
Prefeito Constitucional



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 3449/13 de 02 de dezembro de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88 e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a nomeação de CLIDSON OLIVEIRA DE ARAÚJO, Portaria 3408/2013, para o exercício do cargo comissionado de Assessor Jurídico, símbolo CC-2, junto a Procuradoria Geral.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 02 de dezembro de 2013.

WELLINGTON VIANA FRANÇA
PREFEITO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA/GAPRE/SEAD Nº 2771-A /2013, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO,
Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela
Constituição Federal/88, bem como pela Lei Orgânica do Município, e
considerando o que consta no Edital 001/2010/PMC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em caráter efetivo, **FABIANA DE MEDEIROS BRITO**,
candidato(a) aprovado(a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da
Prefeitura Municipal de Cabedelo, aberto pelo Edital nº 001/2010 – publicado no
site do IBFC, no Quinzenário Oficial do Município de 01 a 15 de janeiro de 2010 e
o resultado homologado pelo Decreto nº 33/2012 publicado no DOE de
17/08/2012, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria
da Saúde.

Art. 2º A nomeação ocorreu nesta data e será publicada no Quinzenário Oficial
do Município, ficando a Secretaria de lotação do novo(a) servidor(a) na obrigação
de comunicar à Secretaria de Administração a data em que o(a) mesmo(a) entrou
em efetivo exercício, para fins de cadastramento junto ao Banco de Dados do
Servidor Público Municipal.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor
nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 11 de novembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO

Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO**

PORTARIA Nº 2784-A/13 de 20 de novembro de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO,
Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela
Constituição Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, **FABIANA MEDEIROS DE BRITO**, cidadã(o)
concursado(a), classificado(a) dentro do número de vagas oferecidas através do
Concurso Público Edital 001/2010 realizado por esta Municipalidade para o cargo
de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor
nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 20 de novembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO

Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA/GAPRE/SEAD Nº 2750/2013 DE 30 DE OUTUBRO DE 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO,
Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela
Constituição Federal/88, bem como pela Lei Orgânica do Município, e
considerando o que consta no Edital 001/2010/PMC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em caráter efetivo, **FABIANO GOMES MONTEIRO**,
candidato(a) aprovado(a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da
Prefeitura Municipal de Cabedelo, aberto pelo Edital nº 001/2010 – publicado no
site do IBFC, no Quinzenário Oficial do Município de 01 a 15 de janeiro de 2010 e
o resultado homologado pelo Decreto nº 33/2012 publicado no DOE de
17/08/2012, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços, junto à Secretaria da
Saúde.

Art. 2º A nomeação ocorreu nesta data e será publicada no Quinzenário Oficial
do Município, ficando a Secretaria de lotação do novo(a) servidor(a) na obrigação
de comunicar à Secretaria de Administração a data em que o(a) mesmo(a) entrou
em efetivo exercício, para fins de cadastramento junto ao Banco de Dados do
Servidor Público Municipal.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor
nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 30 de outubro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO

Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA/GAPRE/SEAD Nº 2783-A /2013, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO,
Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela
Constituição Federal/88, bem como pela Lei Orgânica do Município, e
considerando o que consta no Edital 001/2010/PMC,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo, **JOELMA COELI DA SILVA**, candidato(a)
aprovado(a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da Prefeitura
Municipal de Cabedelo, aberto pelo Edital 001/2010 – publicado no site do IBFC,
no Quinzenário Oficial do Município de 01 a 15/01/2010 e o resultado homologado
pelo Decreto nº 33/2012 publicado no DOE de 17/08/2012 para exercer o cargo de
Técnico de Enfermagem, junto à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - A nomeação ocorreu nesta data e será publicada no Quinzenário Oficial
do Município, ficando a Secretaria do novo (a) servidor (a) na obrigação de
comunicar à Secretaria de Administração a data em que o(a) mesmo(a) entrou em
efetivo exercício, para fins de cadastramento junto ao Banco de Dados do Servidor
Público Municipal.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor
nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 18 de novembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO

PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA/GAPRE/SEAD Nº2771-C/2013, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, bem como pela Lei Orgânica do Município, e considerando o que consta no Edital 001/2010/PMC,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo, **ILANA ANDRADE SANTOS DO EGYPTO**, candidato(a) aprovado(a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cabedelo, aberto pelo Edital 001/2010 – publicado no site do IBFC, no Quinzenário Oficial do Município de 01 a 15/01/2010 e o resultado homologado pelo Decreto nº 33/2012 publicado no DOE de 17/08/2012 para exercer o cargo de Médico Pediatra, junto à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - A nomeação ocorreu nesta data e será publicada no Quinzenário Oficial do Município, ficando a Secretaria do novo (a) servidor (a) na obrigação de comunicar à Secretaria de Administração a data em que o(a) mesmo(a) entrou em efetivo exercício, para fins de cadastramento junto ao Banco de Dados do Servidor Público Municipal.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 11 de novembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 2783-C/2013 de 19 de novembro de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, **ILANA ANDRADE SANTOS DO EGYPTO**, cidadã (o) concursado (a), classificado (a) dentro do número de vagas oferecidas através do Concurso Público Edital 001/2010 realizado por esta Municipalidade para o cargo de Médico Pediatra, junto a Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 19 de novembro de 2013

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA/GAPRE/SEAD Nº 2194/2013, DE 3 DE JUNHO DE 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, bem como pela Lei Orgânica do Município, e considerando o que consta no Edital 001/2010/PMC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em caráter efetivo, **LÍLIAN MEIRA FIALHO FONSECA**, candidato(a) aprovado(a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cabedelo, aberto pelo Edital n/ 001/2010 – publicado no site do IBFC, no Quinzenário Oficial do Município de 01 a 15 de janeiro de 2010 e o resultado homologado pelo Decreto nº 33/2012 publicado no DOE de 17/08/2012, para exercer o cargo de Advogado, junto à Secretaria de Trabalho, Ação Social e Mulher.

Art. 2º A nomeação ocorreu nesta data e será publicada no Quinzenário Oficial do Município, ficando a Secretaria de lotação do novo(a) servidor(a) na obrigação de comunicar à Secretaria de Administração a data em que o(a) mesmo(a) entrou em efetivo exercício, para fins de cadastramento junto ao Banco de Dados do Servidor Público Municipal.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 3 de junho de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 2561/13 de 30 de agosto de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, **LÍLIAN MEIRA FIALHO FONSECA**, cidadã(o) concursado(a), classificado(a) dentro do número de vagas oferecidas através do Concurso Público Edital 001/2010 realizado por esta Municipalidade para o cargo de Advogado, junto à Procuradoria Geral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, de 30 de agosto 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
PREFEITO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA/GAPRE/SEAD Nº 2195/2013, DE 3 DE JUNHO DE 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, bem como pela Lei Orgânica do Município, e considerando o que consta no Edital 001/2010/PMC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em caráter efetivo, **LÍVIA MEIRA TOSCANO PEREIRA**, candidato(a) aprovado(a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cabedelo, aberto pelo Edital nº 001/2010 – publicado no site do IBFC, no Quinzenário Oficial do Município de 01 a 15 de janeiro de 2010 e o resultado homologado pelo Decreto nº 33/2012 publicado no DOE de 17/08/2012, para exercer o cargo de Advogado, junto à Secretaria do Trabalho, Ação Social e Mulher.

Art. 2º A nomeação ocorreu nesta data e será publicada no Quinzenário Oficial do Município, ficando a Secretaria de lotação do novo(a) servidor(a) na obrigação de comunicar à Secretaria de Administração a data em que o(a) mesmo(a) entrou em efetivo exercício, para fins de cadastramento junto ao Banco de Dados do Servidor Público Municipal.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 3 de junho de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO**

PORTARIA Nº 2562/13 de 30 de agosto de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, **LÍVIA MEIRA TOSCANO PEREIRA**, cidadã(o) concursado(a), classificado(a) dentro do número de vagas oferecidas através do Concurso Público Edital 001/2010 realizado por esta Municipalidade para o cargo de Advogado, junto à Procuradoria Jurídica.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 30 de agosto de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA/GAPRE/SEAD Nº 2624-A/2013, DE 03 DE SETEMBRO DE 2013.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, bem como pela Lei Orgânica do Município, e considerando o que consta no Edital 001/2010/PMC,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo, **MARILENE LIMA DE OLIVEIRA PEREIRA**, candidato(a) aprovado(a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cabedelo, aberto pelo Edital 001/2010 – publicado no site do IBFC, no Quinzenário Oficial do Município de 01 a 15/01/2010 e o resultado homologado pelo Decreto nº 33/2012 publicado no DOE de 17/08/2012 para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços, junto à Secretaria de Saúde..

Art. 2º - A nomeação ocorreu nesta data e será publicada no Quinzenário Oficial do Município, ficando a Secretaria do novo (a) servidor (a) na obrigação de comunicar à Secretaria de Administração a data em que o(a) mesmo(a) entrou em efetivo exercício, para fins de cadastramento junto ao Banco de Dados do Servidor Público Municipal.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 04 de setembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA Nº 2636-A/ 2013 de 20 de setembro de 2013.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, **MARILENE LIMA DE OLIVEIRA PEREIRA**, cidadã (o) concursado (a), classificado (a) dentro do número de vagas oferecidas através do Concurso Público Edital 001/ 2010 realizado por esta Municipalidade para o cargo de Auxiliar de Serviços, junto a Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 20 de setembro de 2013

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA/GAPRE/SEAD Nº 2765/2013, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDEL, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, bem como pela Lei Orgânica do Município, e considerando o que consta no Edital 001/2010/PMC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em caráter efetivo, **PAULINA RAQUEL ARAÚJO BEZERRA**, candidato(a) aprovado(a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cabedelo, aberto pelo Edital nº 001/2010 – publicado no site do IBFC, no Quinzenário Oficial do Município de 01 a 15 de janeiro de 2010 e o resultado homologado pelo Decreto nº 33/2012 publicado no DOE de 17/08/2012, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria de Saúde.

Art. 2º A nomeação ocorreu nesta data e será publicada no Quinzenário Oficial do Município, ficando a Secretaria de lotação do novo(a) servidor(a) na obrigação de comunicar à Secretaria de Administração a data em que o(a) mesmo(a) entrou em efetivo exercício, para fins de cadastramento junto ao Banco de Dados do Servidor Público Municipal.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 05 de novembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO

Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 2783-E/13 de 18 de novembro de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDEL, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, **PAULINA RAQUEL ARAÚJO BEZERRA**, cidadã(o) concursado(a), classificado(a) dentro do número de vagas oferecidas através do Concurso Público Edital 001/2010 realizado por esta Municipalidade para o cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 18 de novembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO

Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA/GAPRE/SEAD Nº 2771-B/2013, de 11 de novembro de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDEL, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, bem como pela Lei Orgânica do Município, e considerando o que consta no Edital 001/2010/PMC,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo, **PATRICIA KARLA DE LIMA GUIMARÃES**, candidato(a) aprovado(a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cabedelo, aberto pelo Edital 001/2010 – publicado no site do IBFC, no Quinzenário Oficial do Município de 01 a 15/01/2010 e o resultado homologado pelo Decreto nº 33/2012 publicado no DOE de 17/08/2012 para exercer o cargo de Médica Pediatra, junto à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - A nomeação ocorreu nesta data e será publicada no Quinzenário Oficial do Município, ficando a Secretaria do novo (a) servidor (a) na obrigação de comunicar à Secretaria de Administração a data em que o(a) mesmo(a) entrou em efetivo exercício, para fins de cadastramento junto ao Banco de Dados do Servidor Público Municipal.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 11 de novembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO

Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 2783-B/2013 de 18 de novembro de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDEL, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, **PATRICIA KARLA DE LIMA GUIMARÃES**, cidadã(o) o concursado (a), classificado (a) dentro do número de vagas oferecidas através do Concurso Público Edital 001/2010 realizado por esta Municipalidade para o cargo de Médico Pediatra, junto à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 18 de novembro de 2013

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO

PREFEITO





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA/GAPRE/SEAD Nº 2624-B/2013, DE 04 DE SETEMBRO DE 2013.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, bem como pela Lei Orgânica do Município, e considerando o que consta no Edital 001/2010/PMC,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo, **SEVERINA CARNEIRO DA SILVA**, candidato(a) aprovado(a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cabedelo, aberto pelo Edital 001/2010 – publicado no site do IBFC, no Quinzenário Oficial do Município de 01 a 15/01/2010 e o resultado homologado pelo Decreto nº 33/2012 publicado no DOE de 17/08/2012 para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços, junto à Secretaria de Saúde..

Art. 2º - A nomeação ocorreu nesta data e será publicada no Quinzenário Oficial do Município, ficando a Secretaria do novo (a) servidor (a) na obrigação de comunicar à Secretaria de Administração a data em que o(a) mesmo(a) entrou em efetivo exercício, para fins de cadastramento junto ao Banco de Dados do Servidor Público Municipal.

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 04 de setembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA Nº2636-B/ 2013 de 20 de setembro de 2013.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, **SEVERINA CARNEIRO DA SILVA**, cidadã (o) concursado (a), classificado (a) dentro do número de vagas oferecidas através do Concurso Público Edital 001/ 2010 realizado por esta Municipalidade para o cargo de Auxiliar de Serviços, junto a Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 20 de setembro de 2013

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
PREFEITO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA/GAPRE/SEAD Nº 2764/2013 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, bem como pela Lei Orgânica do Município, e considerando o que consta no Edital 001/2010/PMC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em caráter efetivo, **SOELLEY DUARTE ALVES DA SILVA**, candidato(a) aprovado(a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cabedelo, aberto pelo Edital nº 001/2010 – publicado no site do IBFC, no Quinzenário Oficial do Município de 01 a 15 de janeiro de 2010 e o resultado homologado pelo Decreto nº 33/2012 publicado no DOE de 17/08/2012, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria da Saúde.

Art. 2º A nomeação ocorreu nesta data e será publicada no Quinzenário Oficial do Município, ficando a Secretaria de lotação do novo(a) servidor(a) na obrigação de comunicar à Secretaria de Administração a data em que o(a) mesmo(a) entrou em efetivo exercício, para fins de cadastramento junto ao Banco de Dados do Servidor Público Municipal.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 05 de novembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO**

PORTARIA Nº 2783-F/13 de 18 de novembro de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, **SOELLEY DUARTE ALVES DA SILVA**, cidadã(o) concursado(a), classificado(a) dentro do número de vagas oferecidas através do Concurso Público Edital 001/2010 realizado por esta Municipalidade para o cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 18 de novembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA/GAPRE/SEAD Nº 2624-C/2013, DE 04 DE SETEMBRO DE 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, bem como pela Lei Orgânica do Município, e considerando o que consta no Edital 001/2010/PMC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em caráter efetivo, **YURI RODRIGUES CORDEIRO**, candidato(a) aprovado(a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cabedelo, aberto pelo Edital n/ 001/2010 – publicado no site do IBFC, no Quinzenário Oficial do Município de 01 a 15 de janeiro de 2010 e o resultado homologado pelo Decreto nº 33/2012 publicado no DOE de 17/08/2012, para exercer o cargo de Odontólogo do PSF, junto à Secretaria da Saúde.

Art. 2º A nomeação ocorreu nesta data e será publicada no Quinzenário Oficial do Município, ficando a Secretaria de lotação do novo(a) servidor(a) na obrigação de comunicar à Secretaria de Administração a data em que o(a) mesmo(a) entrou em efetivo exercício, para fins de cadastramento junto ao Banco de Dados do Servidor Público Municipal.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 04 de setembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO**

PORTARIA Nº 2636-C/13 de 20 de setembro de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, **YURI RODRIGUES CORDEIRO**, cidadã(o) concursado(a), classificado(a) dentro do número de vagas oferecidas através do Concurso Público Edital 001/2010 realizado por esta Municipalidade para o cargo de Odontólogo do PSF, junto à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 20 de setembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA/GAPRE/SEAD Nº 2771-D/2013, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, bem como pela Lei Orgânica do Município, e considerando o que consta no Edital 001/2010/PMC,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo, **ANA CLÉLIA ALMEIDA PEREIRA DANTAS**, candidato(a) aprovado(a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cabedelo, aberto pelo Edital 001/2010 – publicado no site do IBFC, no Quinzenário Oficial do Município de 01 a 15/01/2010 e o resultado homologado pelo Decreto nº 33/2012 publicado no DOE de 17/08/2012 para exercer o cargo de Médico Pediatra, junto à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - A nomeação ocorreu nesta data e será publicada no Quinzenário Oficial do Município, ficando a Secretaria do novo (a) servidor (a) na obrigação de comunicar à Secretaria de Administração a data em que o(a) mesmo(a) entrou em efetivo exercício, para fins de cadastramento junto ao Banco de Dados do Servidor Público Municipal.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 11 de novembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA Nº 2783-D/13 de 19 de novembro de 2013.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, **ANA CLÉLIA ALMEIDA PEREIRA DANTAS**, cidadã(o) concursado (a), classificado (a) dentro do número de vagas oferecidas através do Concurso Público Edital 001/ 2010 realizado por esta Municipalidade para o cargo de Médico Pediatra, junto à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 19 de novembro de 2013

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
PREFEITO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA/GAPRE/SEAD Nº 2773-A/2013 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, bem como pela Lei Orgânica do Município, e considerando o que consta no Edital 001/2010/PMC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em caráter efetivo, **DANIELLE DA NÓBREGA ALVES**, candidato(a) aprovado(a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cabedelo, aberto pelo Edital nº 001/2010 – publicado no site do IBFC, no Quinzenário Oficial do Município de 01 a 15 de janeiro de 2010 e o resultado homologado pelo Decreto nº 33/2012 publicado no DOE de 17/08/2012, para exercer o cargo de Odontólogo do PSF, junto à Secretaria da Saúde.

Art. 2º A nomeação ocorreu nesta data e será publicada no Quinzenário Oficial do Município, ficando a Secretaria de lotação do novo(a) servidor(a) na obrigação de comunicar à Secretaria de Administração a data em que o(a) mesmo(a) entrou em efetivo exercício, para fins de cadastramento junto ao Banco de Dados do Servidor Público Municipal.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 13 de novembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA/GAPRE/SEAD Nº 1935/2013 DE 1 DE ABRIL DE 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, bem como pela Lei Orgânica do Município, e considerando o que consta no Edital 001/2010/PMC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em caráter efetivo, **ELTON BRUNO BARBOSA PINHEIRO**, candidato(a) aprovado(a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cabedelo, aberto pelo Edital nº 001/2010 – publicado no site do IBFC, no Quinzenário Oficial do Município de 01 a 15 de janeiro de 2010 e o resultado homologado pelo Decreto nº 33/2012 publicado no DOE de 17/08/2012, para exercer o cargo de Radialista, junto à Secretaria de Comunicação.

Art. 2º A nomeação ocorreu nesta data e será publicada no Quinzenário Oficial do Município, ficando a Secretaria de lotação do novo(a) servidor(a) na obrigação de comunicar à Secretaria de Administração a data em que o(a) mesmo(a) entrou em efetivo exercício, para fins de cadastramento junto ao Banco de Dados do Servidor Público Municipal.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 1 de abril de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA Nº 2724/ 2013 de 15 de outubro de 2013.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, **DNUSIA PEREIRA PORTO**, cidadã (o) concursado (a), classificado (a) dentro do número de vagas oferecidas através do Concurso Público Edital 001/ 2010 realizado por esta Municipalidade para o cargo de Auxiliar de Odontologia, junto a Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 15 de outubro de 2013

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
PREFEITO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA/GAPRE/SEAD Nº 2698/2013, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABELO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, bem como pela Lei Orgânica do Município, e considerando o que consta no Edital 001/2010/PMC,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo, **DNUSIA PEREIRA PORTO**, candidato(a) aprovado(a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cabedelo, aberto pelo Edital 001/2010 – publicado no site do IBFC, no Quinzenário Oficial do Município de 01 a 15/01/2010 e o resultado homologado pelo Decreto nº 33/2012 publicado no DOE de 17/08/2012 para exercer o cargo de Auxiliar de Odontologia, junto à Secretaria de Saúde..

Art. 2º - A nomeação ocorreu nesta data e será publicada no Quinzenário Oficial do Município, ficando a Secretaria do novo (a) servidor (a) na obrigação de comunicar à Secretaria de Administração a data em que o(a) mesmo(a) entrou em efetivo exercício, para fins de cadastramento junto ao Banco de Dados do Servidor Público Municipal.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 03 de outubro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 2348/2013 de 01 de julho de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, CLEIDILENE CELESTINO DOS SANTOS, cidadã (o) concursado (a), classificado (a) dentro do número de vagas oferecidas através do Concurso Público Edital 001/ 2010 realizado por esta Municipalidade para o cargo de Professor Básica I, junto a Secretaria de Educação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 01 de julho de 2013

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 2770/13 de 07 de novembro de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, Processo nº 2013/005429-6, datado de 01/11/2013, a servidora **THATYANNE KRAUSE LIMA DE BRITO**, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica I, matrícula nº 04.925-5, símbolo PE, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria retroage seus efeitos a partir de 01.11.2013.

GABINETE DO PREFEITO, 07 de novembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 2782/13 de 18 de novembro de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, Processo nº 2013/005663-9, datado de 14/11/2013, a servidora **GERLANE MEDEIROS DE SOUZA**, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, matrícula nº 03.245-0, símbolo PE, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria retroage seus efeitos a partir de 14.11.2013.

GABINETE DO PREFEITO, 18 de novembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 2783/13 de 18 de novembro de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, Processo nº 2013/005675-2, datado de 18/11/2013, a servidora **PATRICIA FRANÇA DE FREITAS**, do cargo de provimento efetivo de Fiscal Ambiental, matrícula nº 04.847-0, símbolo PE, com lotação na Secretaria de Meio Ambiente.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 18 de novembro de 2013.

JOSÉ MARIA DE LUCENA FILHO
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 3314/13 de 29 de novembro de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO,
Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição
Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, Processo nº 2013/005833-0, datado de 26/11/2013, o
servidor **WALMIR DE LIMA OLIVEIRA**, do cargo de provimento efetivo de
Técnico em Enfermagem, matrícula nº 04.892-5, símbolo PE, com lotação na
Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de
26 de novembro de 2013.

GABINETE DO PREFEITO, 29 de novembro de 2013.


WELLINGTON VIANA FRANÇA
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 3315/13 de 29 de novembro de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO,
Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela
Constituição Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, Processo nº 2013/005800-3, datado de 25/11/2013, o
servidor **FABIANO GOMES MONTEIRO**, do cargo de provimento
efetivo de Auxiliar de Serviços, matrícula nº 05.107-1, símbolo PE, com lotação
na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir
de 25.11.2013.

GABINETE DO PREFEITO, 29 de novembro de 2013.


WELLINGTON VIANA FRANÇA
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 3482/13 de 16 de dezembro de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO,
Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição
Federal/88, e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, Processo nº 2013/005981-6, datado de 03/12/2013, o
servidor **WELLINGTON BARBOSA ALVES**, do cargo de provimento
efetivo de Auxiliar de Serviços, matrícula nº 04.755-4, símbolo PE, com lotação na
Secretaria de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de
03 de dezembro de 2013.

GABINETE DO PREFEITO, 16 de dezembro de 2013.


WELLINGTON VIANA FRANÇA
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 3385/13 de 02 de Dezembro de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO,
Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela
Constituição Federal/88, e de acordo com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **MARCIO ROGERIO MACEDO DAS NEVES**, do
Cargo Comissionado de Procurador Municipal, símbolo CC-1.2, junto a
Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, 02 de Dezembro de 2013


WELLINGTON VIANA FRANÇA
Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO**

PORTARIA Nº 3448/13 de 02 de dezembro de 2013

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO,
Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela
CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88 e de acordo com a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a nomeação de MARCIO ROGERIO MACEDO DAS
NEVES, Portaria 3401/2013, para o exercício do cargo comissionado de
Procurador Municipal, símbolo CC-1.2, junto a Procuradoria Geral.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO, 02 de dezembro de 2013.


**WELLINGTON VIANA FRANÇA
PREFEITO**

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00018/2013

Nos termos dos elementos constante da respectiva Exposição de Motivos que instrui o
processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de
Licitação nº IN00018/2013, que objetiva: Contratação de empresa especializada área
contábil - Contador; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu
objeto a: LR CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA - R\$ 144.000,00.

Cabedelo - PB, 20 de Dezembro de 2013
WELLINGTON VIANA FRANCA - Prefeito

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO**

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa especializada área contábil - Contador.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00018/2013.

DOTAÇÃO: Unidade Orçamentária: 02.05 - Secretaria de Finanças Projeto
Atividade: 04.122.2.140 - Promoção Turística Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - Outros
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: Próprios do Município de
Cabedelo

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Cabedelo e:

CT Nº 00273/2013 - 20.12.13 - LR CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LTDA - R\$ 144.000,00

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00018/2013.

OBJETO: Contratação de empresa especializada área contábil - Contador.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

AUTORIZAÇÃO: Secretaria da Fazenda.

RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 20/12/2013.